The background of the entire page is a light blue color. Overlaid on this is a complex, abstract network graphic. It consists of numerous small, colored dots (nodes) in shades of blue, green, yellow, orange, pink, and purple. These dots are interconnected by thin, white, irregular lines, creating a web-like structure that spans the entire page. The lines vary in thickness and the dots are of different sizes, giving it a dynamic and interconnected feel.

Migração e Refúgio

**Ação em rede e práticas
acolhedoras no Brasil**

Migração e Refúgio

Ação em rede e práticas acolhedoras no Brasil

2ª edição (2020)

Realização:



**Instituto Migrações
e Direitos Humanos**

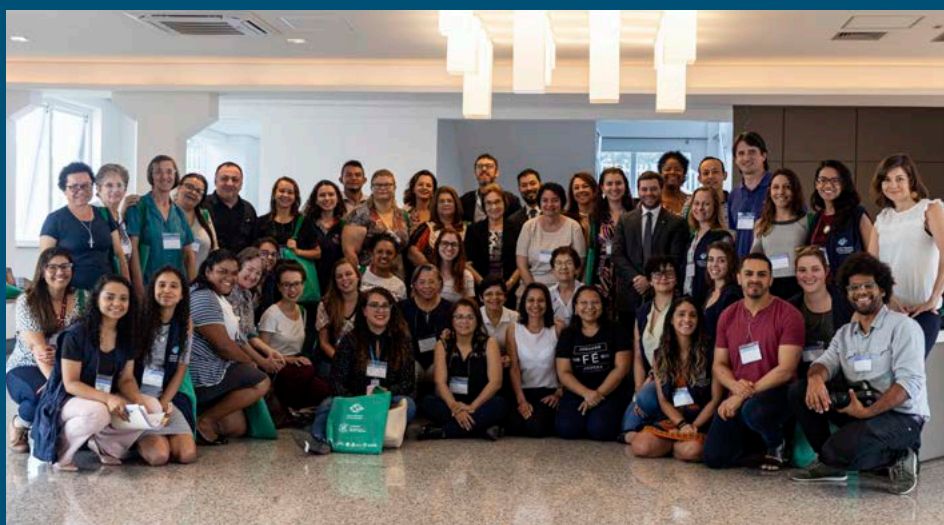


Avina

Apoio:



As informações expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a opinião do ACNUR.



©Acervo FICAS

XV Encontro Nacional da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados - RedeMIR, Brasília, 29/09 a 02/10/2019

Sumário

10

Apresentação

Organizadores

14

Artigo

Rosita Milesi

Paula Coury

38

**Aldeias Infantis
SOS Brasil**

*Elesandra da
Silva Salvador*

41

**Associação
Voluntários
para o Serviço
Internacional Brasil
(AVSI Brasil)**

Fabrizio Pellicelli

Silvana Moreira

45

**Cáritas Arquidiocesana
de Manaus**

*Janaina Zildeia da Silva
Paiva*

*Andreia Cristina Gomes
Taniguchi*

*Diacono Afonso de Oliveira
Brito*

48

**Cáritas
Brasileira**

Hildete Emanuele

52

**Cáritas Brasileira
Regional Norte II**

*Integrantes da Equipe
Regional Norte II*

56

Casa do Migrante

Ir. Terezinha Mezzalana

José Carlos Souza da Silva

Celia Cristina de Oliveira

60

**Centro de
Atendimento ao
Migrante (CAM)**

Adriano Pistorelo

63

**Centro de Pastoral
para Migrantes
(CPM)**

Bianca Vasquez Pistório

*Eliana Aparecida
Vitaliano*

*Lorena Del Socorro
Sanchez Gonzales*

Marilete Mulinari Girardi

66

**Centro de
Referência em
Direitos Humanos
e Igualdade Racial
(UFFS)**

Rosangela Maria Hünning

68

**Centro Ítalo-
Brasileiro de Apoio
e Instrução às
Migrações (CIBAI
Migrações)**

Eliane de Oliveira

Jurandir Zamberlam

Jamesson Mercure

Anderson Luis Hammes

72

FICAS

*Bira Azevedo
Andreia Saul
Raquel Catalani*

76

Fundação Avina

*Rogenir Almeida
Santos Costa
Gustavo Guedes
de Castro*

81

**Instituto Migrações
e Direitos Humanos
(IMDH)**

*Irmã Rosita Milesi
Ludmylla Almeida de
Souza Souto
Hugo Gallo e esposa*

84

**Instituto Migrações
e Direitos Humanos
(IMDH)**

*Paula Coury Andrade
Kamilla Jungo
Luyandria Santos Maia
Beatriz Level*

89

**Instituto Migrações
e Direitos Humanos
(IMDH)**

*Kamilla Jungo
Ir. Rosita Milesi*

93

**Instituto Migrações
e Direitos Humanos
(IMDH)**

Ana Cristina Balestro

96

**Instituto Migrações
e Direitos Humanos
(IMDH)**

Kamilla Jungo

100

**Irmãs de São José
de Chamerry**

*Ir. Ana Maria da Silva
Ir. Maria Simone Xavier
Armando Campos*

102

**Pastoral das
Migrações da
Arquidiocese de
Passo Fundo**

*Norma Kleinubing, mscs,
coordenadora
Pastoral das Migrações
e do programa
"Integrando Culturas".*

106

**Pastoral dos
Migrantes**

*Ir. Darcilla Antonioli,
mscs*

108

**Pastoral dos
Migrantes em
Manaus**

*Padre Luis Afonso
Espinel*

110

**Pastoral dos
Migrantes**

Ir. Arceolídia Souza

113

**Pastoral dos
Migrantes**

*Padre Luis Alfonso
Espinel*

115

**Serviço Jesuíta
a Migrantes e
Refugiados (SJMR)**

*Carolina Cunha César
Karin Kaid
Wapechowski*

118

**Serviço Jesuíta
a Migrantes e
Refugiados (SJMR)**

*Nathália Aparecida
Soares de Oliveira*

121

**Serviço Jesuíta
a Migrantes e
Refugiados (SJMR)**

*Luis Gabriel Zamora
Terida Guanipa Munoz*

123

Visão Mundial

*Luis Corzo
Valeria Blos
Cattleya Lopes*

129

**XV Encontro Nacional
da Rede Solidária
para Migrantes
e Refugiados -
RedeMiR**

Caderno de fotos

138

Expediente

Apresentação

Os organizadores

O ano de 2019 foi marcado pelos **15 anos da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR)** e pelos **20 anos do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)**, articulador da Rede e seu principal organizador. São anos de trabalhos dedicados à luta pela garantia dos direitos humanos de migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas e vítimas de tráfico humano, temática que a cada dia deve merecer mais a atenção dos governos e da própria sociedade.

O número de migrantes internacionais tem aumentado exponencialmente na última década e alcançou a marca de 272 milhões em 2019. Entre estes, mais de 70 milhões foram forçadas a deixarem suas casas para fugir da violência, perseguições, violações de direitos humanos ou ainda de situações de graves distúrbios na ordem pública local. Dentre o panorama global dos deslocamentos forçados, 26 milhões de pessoas foram reconhecidas como refugiadas.

Esse aumento dos fluxos migratórios também pode ser observado nos números de migrantes e refugiados que chegam ao Brasil. Segundo o IBGE, há registros da presença de migrantes em 3.876 municípios brasileiros. Além disso, é importante destacar o grande percentual de pessoas em situação de vulnerabilidade, em especial entre os migrantes e refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil pelo estado de Roraima, e as limitadas oportunidades de integração que o atual contexto social, econômico e laboral oferece.

A presente publicação tem o objetivo de **compartilhar iniciativas e práticas de ação** desenvolvidas por instituições participantes da RedeMiR, bem

como os resultados e desafios vivenciados. A partilha pode estimular que ideias e práticas venham a ser replicadas por outras organizações, portanto, identificar onde, quando e como elas estão acontecendo auxilia no fortalecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas por toda a rede.

A publicação traz, ainda, um registro da trajetória da RedeMiR, a qual conta hoje com mais de 60 instituições situadas em todas as regiões do país. São abordados seus desafios e suas conquistas, com o desejo de **incentivar a expansão e o fortalecimento da atuação em rede** por parte das diversas instituições e atores sociais, a fim de melhor acolher, proteger e integrar a população migrante e refugiada.

Boa leitura!



Artigo

Rosita Milesi* e Paula Coury**

* Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), advogada, membro da Congregação das Irmãs Scalabrinianas, rosita.imdh@gmail.com.

** Gerente de Integração do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e Mestre em Segurança Internacional e Direitos Humanos pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po).

Contribuições e potencialidades da atuação em rede: 15 anos da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados - RedeMiR

A persistente atuação pela garantia dos direitos humanos de migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, apátridas e vítimas de tráfico humano é a causa central a aproximar as entidades-membro da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR). Fundada em 2004, pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)¹ com apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a RedeMiR reúne atualmente cerca de 60 organizações da sociedade civil que prestam atendimento a pessoas em situação de mobilidade em todas as regiões do Brasil. Essa articulação tem por objetivo favorecer a coordenação entre as entidades, para que possam somar forças entre si, organizar ações complementares, distribuir tarefas e compartilhar aprendizados, potencializando suas capacidades e os resultados em prol das pessoas refugiadas e migrantes.

¹ Fundado em 1999, com sede em Brasília (DF), e uma extensão em Boa Vista (RR) desde 2018, o IMDH é uma entidade sem fins lucrativos, vinculada à Congregação das Irmãs Scalabrinianas. Tem por missão promover o reconhecimento pleno da cidadania de pessoas migrantes, refugiadas e apátridas, atuando na defesa de seus direitos, na assistência social, jurídica e humanitária, bem como incentivando sua integração social e laboral, com especial atenção às situações de maior vulnerabilidade. Para mais informações: www.migrante.org.br.

Em 2019, no contexto das comemorações dos 15 anos da RedeMiR, as demandas e desafios que levaram à sua criação são ainda mais prementes, corroborando a importância e as potencialidades das redes de proteção. Entende-se por “rede de proteção”:

um mecanismo informal de coordenação, interlocução, intercâmbio de informação e trabalho complementar no qual participam ativamente o ACNUR, instituições estatais como as Defensorias Públicas, instituições religiosas de diferentes denominações, ONGs nacionais e internacionais, universidades e associações de advogados, entre outras, com o objetivo de potencializar os escassos recursos e capacidades existentes e, assim, garantir uma resposta humanitária oportuna e efetiva às necessidades dos solicitantes de refúgio e refugiados [tradução nossa] (VARESE, 2005, p.2).

Tais redes podem constituir-se para atuar em três níveis: o nível de influência nacional, que compreende as pessoas capazes de influenciar a opinião pública, como personalidades políticas, figuras públicas e imprensa; o nível das estruturas destinadas ao trabalho humanitário, como organizações não governamentais (ONGs), organizações de fé e entidades da sociedade civil em geral; e o nível das instituições e pessoas amigas da temática humanitária, como ex-refugiados, cooperativas de jornalistas e sindicatos. Na prática, os três níveis não são categorias separadas, atuando em constante interface e colaboração uns com os outros (VARESE, 2004, p.33).

Com o intuito de estimular a expansão e o fortalecimento dessa estratégia de atuação em rede, o presente artigo traz um breve registro da trajetória da RedeMiR desde sua formação, apresentando alguns avanços para os quais ela contribuiu. Espera-se, assim, inspirar a articulação de outras redes nos diversos níveis e âmbitos geográficos, que venham a se somar para melhorar as capacidades do Brasil de acolher, proteger, integrar e promover refugiados e migrantes, especialmente frente aos desafios atuais.

Migração e refúgio: alguns desafios para o Brasil no contexto atual

Em 2019, o número de migrantes internacionais alcançou 272 milhões em todo o mundo, representando 3,5% da população mundial – comparado a 2,8% em 2000 (DESA-ONU, 2019). Destes, quase 26 milhões são refugiados e 3,5 milhões, solicitantes de refúgio, deslocados forçosamente, devido a perseguições, conflitos, violência generalizada ou violações de direitos humanos, conforme retrata o Relatório de Tendências Globais publicado anualmente pelo ACNUR (2019, p. 2).

A participação de migrantes internacionais no total da população varia consideravelmente de acordo com as regiões geográficas. Na América do Norte, por exemplo, este índice alcança 16%, enquanto na América Latina e Caribe se limita a 1,8% (DESA-ONU, 2019). Nesse último caso, trata-se de uma parcela relativamente reduzida, inferior à média mundial, mas que tem crescido recentemente, sobretudo em razão do fluxo de nacionais da Venezuela que têm deixado seu país, fugindo da grave e prolongada crise humanitária, política, econômica e social.

Estima-se que, desde o início de 2016, mais de 4 milhões de venezuelanos já tenham emigrado, em um ritmo que impressiona por sua intensidade, especialmente quando se considera que, até fins de 2015, o número de nacionais da Venezuela que viviam em outros países não ultrapassava 700 mil (R4V, 2019)². Sem perspectivas de uma solução para a crise venezuelana, prevê-se uma continuidade desse movimento emigratório, de tal modo que, em 2020, mais de 1,8 milhão de pessoas possivelmente deixarão o país (idem).

Ao emigrar, os venezuelanos dirigem-se principalmente a países da América Latina (com destaque para Colômbia, Peru e Chile), além de Estados Unidos e Espanha. O Brasil, mesmo não figurando entre os principais destinos, tem recebido um número crescente de pessoas vindas da República Bolivariana, abrigando atualmente mais de 220 mil venezuelanos (idem).

2 A Plataforma R4V, que coordena a resposta ao fluxo migratório venezuelano, publica dados atualizados regularmente em: <https://r4v.info/es/situations/platform>. Último acesso em: 06/11/2019.

Nesse contexto, tornou-se o sexto país do mundo a receber mais solicitações de refúgio³, com 80 mil novos processos somente em 2018, dos quais mais de 75% são de pessoas vindas da Venezuela e quase 10% do Haiti (ACNUR, 2019, p. 43).

Acompanhando esse aumento numérico, outra tendência que se observa é uma grande dispersão dos solicitantes de refúgio, migrantes e refugiados pelo território brasileiro. Embora a maioria deles ainda se concentre em grandes metrópoles, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro, o “Perfil dos Municípios Brasileiros 2018”, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que, dos 5.570 municípios do país, 3.876 contam com a presença de migrantes (69% do total) (POLÍCIA FEDERAL apud MIGRAMUNDO, 2019).

Grandes desafios para seu acolhimento e integração surgem quando, em uma dada cidade ou região, a população migrante, mesmo que pequena em números absolutos, passa a representar uma proporção importante da população local. Foi o que aconteceu, por exemplo, no estado de Roraima com a intensificação da migração venezuelana, desde 2016. Registros da Polícia Federal (PF) demonstram que, entre os 15 municípios brasileiros com maior concentração de migrantes, figuram Boa Vista (RR), em 4o lugar, e Pacaraima (RR), em 15o lugar, onde, somados, vivem cerca de 30 mil pessoas procedentes de outros países (idem). Considerando-se também os demais municípios do estado, estima-se que o número de migrantes residentes em Roraima esteja entre 5 e 10% da população estadual – muito acima da média nacional, que não alcança 1%.

O alto grau de vulnerabilidade em que se encontra grande parte da população venezuelana em Roraima e as limitadas oportunidades de integração econômica somam-se aos desafios para seu acolhimento, nesta que é a Unidade da Federação que tem a menor população e o menor Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (IBGE, 2016). Mesmo em face das difíceis condições para a integração local, muitos migrantes permanecem no estado ou fazem um movimento de entrada e saída (migração pendular), pois a proximidade

3 À frente do Brasil no ranking estão, em primeiro lugar, os Estados Unidos e, na sequência, Peru, Alemanha, França e Turquia (ACNUR, 2019, p. 43).

geográfica lhes permite retornar com frequência à Venezuela, principalmente para levar alimentos, medicamentos e outros itens básicos para familiares e amigos que permanecem no país de origem.

Para aqueles que estão dispostos a se estabelecer em outras localidades do território brasileiro, as dificuldades logísticas são grandes, devido aos elevados custos e longas distâncias para empreender a viagem de Boa Vista a outras regiões do País. Não obstante, observa-se que, cada vez mais, os migrantes têm se deslocado dos pontos de entrada para outros municípios e estados. Esse processo ocorre por vários meios, entre eles: o programa oficial de interiorização, mantido pelo Governo Federal, em articulação com agências das Nações Unidas e com organizações da sociedade civil; programas de integração realizados por diversas organizações de fé e entidades não-governamentais; e, em maior proporção, por movimentos espontâneos dos próprios migrantes, que começam a estabelecer também suas redes formais e informais pelo Brasil.

Além de Pacaraima (RR), outros postos da fronteira terrestre brasileira têm funcionado como porta de entrada para nacionais da Venezuela, quando estes vêm de outros países da América do Sul onde não lograram se integrar, como Colômbia, Peru, Bolívia e Argentina. Adicionalmente, nota-se a conformação de outras rotas migratórias terrestres, inclusive envolvendo nacionais de países que não mantêm fronteira com o Brasil, como Haiti e Cuba, respectivamente o 2o e o 3o país com maior número de solicitações de refúgio em 2018, segundo dados do Conare (MJ, 2019, p. 10). Nesses casos, destaca-se a entrada por cidades como Bonfim (RR), na fronteira com a Guiana, e Corumbá (MS), na divisa com a Bolívia, por onde têm chegado principalmente haitianos provenientes do Chile (LE MOS, 2018).

Fluxos de entrada como esses, por fronteiras terrestres, podem ser bastante desafiadores, por se tratar, na maior parte das vezes, de regiões que não têm a estrutura necessária para o acolhimento e a proteção de migrantes e refugiados. Mesmo quando estas são predominantemente locais de trânsito, tem ocorrido a chegada de um número elevado de pessoas em situação de alta vulnerabilidade que, com frequência, não dispõem dos recursos necessários para seguir viagem de imediato e em condições seguras até o destino final desejado.

Como consequência, os movimentos espontâneos de deslocamento e “interiorização” de migrantes, principalmente venezuelanos, têm ocorrido por etapas, com as pessoas se estabelecendo por alguns meses em cidades intermediárias até conseguirem reunir meios para continuar o itinerário planejado. Assim, muitos acabam enfrentando trajetórias migratórias que se estendem no tempo, em condições que os expõem a inúmeros riscos de proteção, como: passar períodos prolongados em situação de rua; realizar trabalhos informais e mal remunerados para reunir recursos para continuar a viagem; aceitar propostas de trabalho em outras cidades sem as devidas garantias, ficando expostos ao risco de serem vítimas de tráfico de pessoas ou de trabalho em condições análogas à escravidão; entre outras dificuldades.

Ademais, os desafios não cessam quando os migrantes chegam a seus destinos, mesmo que consigam fazê-lo por vias mais seguras e diretas. Com efeito, é nesse estágio que o processo de integração local pode se realizar plenamente, mas, para tanto, os obstáculos a serem superados são muitos, como: inserção laboral digna, permitindo a autossuficiência econômica de maneira sustentável; vinculação às redes de serviços públicos de saúde, educação e assistência social; aprendizado do idioma; estabelecimento de vínculos com as comunidades locais; e outros.

Se esses desafios de integração sempre existiram, o contexto atual traz elementos novos, conforme demonstrado, notadamente: o aumento numérico dos fluxos migratórios; a elevada proporção de pessoas em situação de vulnerabilidade; e a dispersão geográfica das demandas da população migrante e refugiada, que reside ou transita por um número cada vez maior de municípios, em todas as regiões do Brasil.

Diante desses fatores, chamam a atenção os dados trazidos pelo IBGE no “Perfil dos Municípios Brasileiros 2018”, indicando que somente 215 dos 3.876 municípios onde residem migrantes e refugiados oferecem algum serviço de gestão migratória, considerando os seguintes itens: mecanismos de cooperação entre os municípios e os demais entes da federação; relação entre a prefeitura e associação ou coletivo de migrantes; oferta de curso de português para migrantes; atendimento multilíngue nos serviços públicos;

abrigo de gestão municipal; Centros de Referência e Apoio (CRAS); formação e capacitação continuada interdisciplinar para o atendimento a migrantes (IBGE, 2019).

Trata-se da confirmação estatística de uma realidade que há muito inquieta os atores que atuam junto a migrantes e refugiados no Brasil: há uma grande lacuna em termos de políticas públicas para migração e refúgio. Essa população está presente em 69% dos municípios brasileiros, mas somente 4,1% deles possuem equipamentos públicos minimamente preparados para acolhê-la e apoiá-la em sua integração local (idem).

A luta pela garantia dos direitos humanos das pessoas em mobilidade tem se mostrado desafiadora não só para o poder público nos diversos níveis, como também para as entidades da sociedade civil e organizações internacionais que lidam com o tema no País. As demandas de acolhida, proteção e integração ultrapassam o que cada um desses atores pode realizar individualmente e colocam a necessidade de uma atuação coordenada entre eles, por meio da formação de redes de proteção.

Se, nesse contexto, os diversos atores têm conseguido se mobilizar frente aos desafios e aprimorar gradualmente a resposta, é, em certa medida, porque há uma base histórica na construção das redes de proteção no Brasil. Na sequência, será feita uma retrospectiva desse processo, a partir da trajetória da RedeMiR desde sua constituição, demonstrando também alguns avanços para os quais a atuação em rede já contribuiu. Por fim, serão abordadas brevemente oportunidades e potencialidades de fortalecimento dessa estratégia na atualidade.

A constituição da RedeMiR: adoção e fortalecimento da estratégia de mobilização em rede

Na década de 1990, quando os fluxos migratórios para o Brasil não eram tão expressivos e complexos como atualmente, questões geográficas já evidenciavam a necessidade de se trabalhar formando parcerias com entidades localizadas nas diferentes regiões do País. Dada a extensão do território brasileiro e de suas fronteiras terrestres, evidenciava-se a necessidade de articular um modo funcional de somar esforços e atuar de forma coordenada para prevenir a devolução de solicitantes de refúgio na fronteira, assegurar sua

acolhida, bem como a transferência para locais mais seguros e com melhores oportunidades de integração.

Ademais, os processos de solicitação de refúgio e de regularização migratória eram, como ocorre em grande parte ainda hoje, apreciados e decididos exclusivamente na Capital Federal. À época, a situação era ainda mais desafiadora, pois o acesso à Internet era bastante restrito, quando não inexistente, e a comunicação à distância ocorria fundamentalmente através de correspondência via correio. Havia, assim, a preocupação de criar mecanismos descentralizados de orientação, informação e assistência jurídica a migrantes e refugiados, buscando não onerá-los com viagens a Brasília ou mesmo a outros locais distantes de onde residiam, em busca de quem os assistisse em suas demandas relativas à regularização migratória.

Foi com este intuito que a Ir. Rosita Milesi constituiu, em 1989, o Departamento de Direito e Cidadania no Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (DDC-CSEM). Situado em Brasília, o DDC-CSEM, para que pudesse atender às demandas nacionais, criou Núcleos de Atendimento em diferentes pontos do País, estabelecendo um modo viável e mais seguro de contato com os migrantes e refugiados e articulando entidades ou serviços que trabalhavam na assistência a estas pessoas e para garantir seus direitos.

Os Núcleos de Atendimento trabalharam ativamente entre 1989 e 2003, tendo acompanhado e defendido neste período 4.749 processos de regularização migratória (IMDH, 2003), além de realizarem diversos seminários regionais e atividades de incidência política e de manterem um fluxo de orientações relativas a todos os temas migratórios e de refúgio. No intuito de fortalecer a coordenação entre estes Núcleos, foram realizados encontros nacionais em 1996 e em 2002. Nesta trajetória, com o objetivo de fomentar o apoio recíproco, bem como de ser um elo de articulação nacional, nasceu, em 1999, o Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH.

Como resultado destes esforços, em 2003, havia 17 núcleos de atendimento, em 14 cidades situadas nas diversas regiões do País. Os núcleos localizavam-se em: Campo Grande (MS), Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Foz do Iguaçu (PR), Goiânia (GO), Guajará-Mirin (RO),

Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Porto Velho (RO), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Várzea Grande (MT) (idem).

De modo geral, a experiência de trabalho articulado entre as diversas entidades vinha se mostrando muito proveitosa, fazendo surgir um esforço no sentido de consolidar a estratégia de mobilização em rede. Já havia entre os envolvidos uma clara constatação de que agir articuladamente, buscando favorecer a capacitação de agentes e a cooperação mútua entre as entidades, era a melhor forma de alcançar o território nacional e fazer frente aos desafios que se apresentavam.

Na primeira metade da década de 2000, começava a crescer a chegada de pessoas refugiadas ao Brasil e, nesse contexto, houve, em 2004, a reabertura do escritório do ACNUR no País. A partir de contatos entre a diretora do IMDH e articuladora dos Núcleos de Atendimento, Ir. Rosita Milesi, e o representante do ACNUR no Brasil à época, Dr. Luis Varese, surge a possibilidade de a agência da ONU apoiar a realização de um novo encontro dos Núcleos que, como visto, já somavam 17 em todo o País. A inspiração foi fortalecida por outros exemplos de sucesso na América Latina, como as parcerias do ACNUR com as Irmãs e os Padres Scalabrinianos, no México e na Argentina, voltadas ao trabalho humanitário (VARESE, 2004, p.35).

Estabelece-se, assim, uma parceria entre ACNUR e IMDH e, nos dias 20 e 21 de junho de 2004, realiza-se em Brasília o III Encontro Nacional dos Núcleos de Atendimento, ocasião em que ocorre a criação da Rede, então denominada I Encontro Nacional das Redes de Proteção. No encontro nacional do ano seguinte, 2005, confirma-se a criação da Rede, a qual passaria a se chamar Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR), reunindo entidades da sociedade civil atuantes nas cinco regiões do País.

A Rede não é, nem se propõe a ser uma nova entidade (IMDH, 2005). Ela também não interfere na identidade, autonomia, estrutura e objetivos de seus membros. Cada instituição participante preserva suas formas próprias de atuação, mas todas compartilham o fato de trabalharem pelo respeito e defesa dos direitos humanos das pessoas em mobilidade, bem como a convicção de que necessitam somar esforços entre si para lograr ações eficazes e solidárias.

Atualmente, a RedeMiR reúne mais de 60 entidades que o IMDH, como articulador, busca sempre aproximar e estimular, sobretudo através da promoção e realização de um encontro nacional anual, bem como pela difusão de materiais formativos e informativos produzidos pelo próprio Instituto, por agências da ONU, pelo Governo Brasileiro, entre outros. Entre os materiais elaborados pelo IMDH, destacam-se o “Caderno de Debates sobre Refúgio, Migração, e Cidadania” – publicado anualmente há mais de uma década – e diversas cartilhas informativas, disponíveis em diferentes idiomas. O Instituto mantém, ainda, um sítio eletrônico com uma seção reservada à RedeMiR, concentrando materiais de interesse sobre a temática migratória.

O IMDH, por outra parte, se ocupa de prospectar novas fontes de recursos para fortalecer a atuação da Rede e das entidades parceiras, principalmente para viabilizar a realização dos encontros nacionais e apoiar algumas instituições em momentos críticos. Assim, além de articular a Rede Solidária, o Instituto também apoia individualmente as entidades-membro, por meio de assistência jurídica, administrativa, intermediação para resolução de questões junto a instâncias públicas e Embaixadas, e, quando possível, auxílio financeiro.

Desde a estruturação da RedeMiR, em 2004, já ocorreram 15 encontros anuais, sempre buscando definir como tema central os conteúdos que a dinâmica migratória no País demanda como prioritários ou de particular importância a serem aprofundados e evidenciados. O Encontro anual constitui uma excelente oportunidade de capacitar agentes, trocar experiências e iniciativas, partilhar boas práticas e lições aprendidas, discutir formas de aprimorar instrumentos administrativos, propor políticas públicas e monitorar sua implementação.

Visa, outrossim, fortalecer não apenas a articulação das entidades da sociedade civil entre si, mas destas com as instâncias públicas e organizações internacionais responsáveis pela atenção aos migrantes e refugiados, assim como, de forma mais ampla, pela promoção da reflexão sobre as temáticas relacionadas às migrações e ao refúgio. Constitui, pois, um espaço privilegiado de interlocução entre todos os envolvidos nos esforços de acolhida, proteção e integração desta população no Brasil.

Marcante foi, por exemplo, o VII Encontro Nacional, realizado em 2009, no qual, pela primeira vez, estiveram reunidos todos os membros titulares do Conare - Comitê Nacional para Refugiados (IMDH, 2009), demonstrando o reconhecimento da representatividade da Rede e a grande oportunidade que esta oferece de um diálogo entre sociedade civil e instâncias públicas. A pauta do encontro foi determinada pelas entidades da sociedade civil, que tiveram a oportunidade de levar aos tomadores de decisão e agentes públicos propostas e questionamentos levantados em seu trabalho cotidiano e em sua vivência junto aos migrantes e refugiados.

Nas várias edições do Encontro das Redes, este intercâmbio vem se mostrando de grande contribuição e valia para a adoção de legislação e políticas públicas que respondam aos desafios específicos de cada região do País. Nota-se, assim, que o trabalho desempenhado pela RedeMiR não está restrito ao âmbito da sociedade civil. Muito além disto, busca-se estimular e fortalecer a formação de redes de proteção em diferentes níveis e abrangência geográfica, bem como o próprio modelo de atuação tripartite, previsto na Lei de Refúgio (9.474/97).

Resultados da atuação em rede: contribuições para aprimorar a acolhida, proteção e integração de migrantes e refugiados no Brasil

Durante todo o período histórico de formação da RedeMiR, organizações da sociedade civil brasileira trabalharam intensamente para atender às demandas que surgiam, mas também para se antecipar aos desafios colocados pelo contexto dinâmico dos fluxos migratórios, sempre contando com valioso apoio do ACNUR. Este trabalho conjunto entre a agência e a sociedade civil, à época em que já funcionavam os Núcleos de Atendimento, foi fundamental, inclusive, para levar ao governo a proposta de uma lei brasileira para a implementação do Estatuto dos Refugiados, que viria a ser aprovada em 1997 (Lei nº 9.474/97), resultando, em 1998, na instalação do Conare, no âmbito do Ministério da Justiça (IMDH, 2001).

Instituiu-se, assim, o modelo de atuação tripartite - participação do Governo, do organismo internacional ACNUR e da sociedade civil – com funções específicas em prol do estatuto do refúgio e das pessoas refugiadas. Nesta atuação integrada, cabe ao ACNUR zelar pela proteção internacional e buscar

soluções duradouras para esta população (seja por meio da integração local, reassentamento ou repatriação voluntária). Já ao Estado brasileiro, por meio do Conare, compete o reconhecimento da condição de refugiado, bem como a proteção e inserção em políticas públicas para sua plena integração na sociedade. À sociedade civil, por sua vez, cabe atuar na acolhida, assistência e integração local, prestando atendimento direto aos refugiados e migrantes, e também demandando políticas públicas, colaborando com o Estado e monitorando sua atuação na devida atenção aos mesmos. Cabe-lhe, ainda, a vigilância em relação ao cumprimento do mandato do ACNUR e das obrigações do Estado. O sistema brasileiro de atuação tripartite é considerado exemplar e seu fortalecimento é sempre estimulado, especialmente por órgãos internacionais voltados à assistência e proteção dos refugiados.

Um objetivo central da articulação e consolidação da RedeMiR foi justamente o de fortalecer o papel da sociedade civil no conjunto tripartite (IMDH, 2004). Por proporcionar um fórum permanente de intercâmbio entre as entidades-membro, a Rede contribui para a autonomia da sociedade civil e para a qualidade de sua representação frente a outros atores e instâncias. As demandas coletivas das entidades articuladas alcançam um impacto muito maior do que teria cada organização individualmente e isso já se evidenciara ao longo de todo o processo que resultou na aprovação da Lei de Refúgio brasileira (Lei 9.474/97).

Além de instituir o sistema tripartite, a referida lei trouxe outros avanços importantes, incluídos no texto graças aos esforços de incidência empreendidos em conjunto pelo ACNUR e pelo DDC-CSEM, à época. Para citar um item fundamental, recorda-se a inclusão da cláusula de grave e generalizada violação de direitos humanos como base para o reconhecimento da condição de refugiado (Art. 1º, inciso III, da Lei 9474/1997) (MILESI; ANDRADE, 2017, p. 55). Atualmente, esse dispositivo embasa a concessão de refúgio, por exemplo, para nacionais da Síria e da Venezuela⁴.

4 Segundo dados do Conare, 40% dos refugiados reconhecidos no Brasil entre 2011 e 2018 são nacionais da Síria e 52% das solicitações de refúgio em trâmite atualmente são de venezuelanos (MJ, 2019).

Outro processo legislativo para o qual a RedeMiR contribuiu substancialmente foi o que culminou na aprovação da nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017), que substituiu a Lei 6.815/80, conhecida como Estatuto do Estrangeiro. Embora a nova lei tenha sido aprovada somente em 2017, os esforços de incidência da sociedade civil nesse sentido são muito anteriores. De fato, uma das principais propostas defendidas na primeira ocasião em que o IMDH representou oficialmente a RedeMiR, como delegado pela área de Migrações e Refúgio durante a Conferência Nacional de Direitos Humanos, que ocorreu na Câmara dos Deputados entre os dias 29 de junho e 2 de julho de 2004, foi justamente a instituição de uma nova lei migratória que promovesse mudanças estruturais na relação do Estado brasileiro com os migrantes (IMDH, 2004, p. 15).

Diante das grandes dificuldades encontradas para a aprovação de mudanças legislativas, da morosidade para obter respostas por parte de órgãos governamentais e buscando fortalecer seus esforços e representatividade nesta área, a sociedade civil decidiu formar um grupo de trabalho específico para as atividades de advocacy, o GT Incidência, constituído durante o Encontro Nacional da RedeMiR de 2015. O referido grupo de trabalho visava, principalmente, promover ações junto ao Congresso Nacional, debater e acompanhar as discussões relativas ao projeto da nova Lei de Migração que, à época, tramitava na Câmara dos Deputados, sob a denominação “PL 2516/2015”.

A criação do GT ocorreu na ocasião do XI Encontro das Redes, após os participantes se reunirem com a deputada Bruna Furlan e o deputado Orlando Silva, respectivamente, presidente e relator da Comissão Parlamentar Especial que tratava da Lei de Migração. Ao ouvir os congressistas, as entidades da Rede constataram a necessidade de se organizar e atuar junto aos membros da Comissão no sentido de assegurar que a nova lei garantisse o direito de migrar e prezasse pela coerência na defesa e respeito aos direitos humanos dos migrantes e refugiados (IMDH, 2015, p. 63).

Neste contexto, a convite da Câmara dos Deputados, entidades da RedeMiR participaram de diversas audiências públicas promovidas, em 2015, em cidades como Brasília e São Paulo, entre outras, para debater e apresentar propostas ao projeto de lei. Já como produto desta atuação do GT Incidência, em outubro de 2015, o IMDH entregou à Comissão Parlamentar Especial

um documento formal propondo alterações ao PL 2516/2015 (IMDH, 2015). Dentre os pontos defendidos pela sociedade civil, incluíam-se:

Garantia de acesso a políticas públicas ao migrante, em igualdade de condições com os nacionais, isto é, acesso efetivo a todos os programas sociais disponíveis ao cidadão brasileiro.

Estabelecimento de mecanismos de concessão de proteção complementar para casos que não se enquadram na categoria refúgio, apresentando uma resposta ampla a situações de deslocamento forçado em razão de desastres ambientais e violação de direitos econômicos, culturais e sociais, em atenção aos diversos diplomas de Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Introdução de uma regularização migratória (anistia) para todos aqueles migrantes em situação irregular no Brasil, ou que, mesmo estando de posse de um protocolo ou documento provisório, desejam optar pela residência com base nas razões previstas na nova lei, incluindo-se todos aqueles e aquelas que chegaram ao País antes da aprovação do novo marco normativo.

Demanda de que o controle migratório seja realizado por pessoal civil capacitado, atento às especificidades e à vulnerabilidade econômica e social de migrantes. A Polícia Federal possui importantes competências constitucionais como polícia de fronteira e como tal deve cumpri-las. Contudo, isto não significa que o conjunto da atenção a ser dispensada na entrada e saída de migrantes se resuma à dimensão da documentação e da regularidade da autorização para entrar ou sair do País.

Necessidade de lei específica sobre apatridia, que estabeleça um procedimento de determinação da condição de apátrida, e que acelere e simplifique o procedimento de concessão de naturalização.

Importância de o Brasil dar seguimento e concluir o processo de adesão à Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.

O grupo de trabalho permaneceu atuante durante toda a tramitação do PL e também após a aprovação da Lei 13.445/2017. Devido às divergentes forças políticas em ação no Congresso, não se logrou incluir no texto fi-

nal todos os pontos defendidos⁵. Ainda assim, a lei aprovada representou uma importante mudança de paradigma para a gestão migratória no Brasil, baseando-se em princípios e garantias como: universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos (Art. 3º, I); não criminalização da migração (Art. 3º, III); promoção de entrada regular e de regularização documental (Art. 3º, V) e; acolhida humanitária (Art. 3º, VI).

Muitos pontos essenciais para a concretização de tais princípios e garantias foram remetidos à regulamentação posterior. Por isso, os esforços de incidência da RedeMiR continuaram, sempre agindo de forma articulada com outros atores, inclusive com grande mobilização dos próprios migrantes e refugiados. Entre os avanços significativos, pode-se citar o estabelecimento dos procedimentos para reconhecimento da condição de apatridia e do procedimento facilitado de naturalização nesses casos. Como resultado, em outubro de 2018, a nacionalidade brasileira foi concedida às irmãs Maha e Souad Mamo, ex-apátridas e as primeiras pessoas a se beneficiarem da nova regulamentação (COSTA; SILVA; MAMO, 2019)⁶.

Em termos de proteção complementar, destaca-se a concessão da residência temporária para nacionais da Venezuela, que atualmente beneficia mais de 100 mil pessoas (R4V, 2019). Desde a primeira versão da normativa que instituiu tal possibilidade⁷, a RedeMiR participou de todo o processo: na elaboração da RN 126/2017, o IMDH, enquanto membro-observador no Conselho Nacional de Imigração (CNIg), foi portador do apoio das entidades à iniciativa que se propunha; as entidades-membro colaboraram desde o início com a sua implemetação em todo o Brasil, prestando atendimento direto aos migrantes e também apoiando a realização de forças-tarefa em parceria com a Polícia Federal nos momentos e locais de maior necessidade; e, a partir da experiência prática, a RedeMiR contribuiu também para o

5 Para uma análise detalhada do processo legislativo e da articulação de diversas entidades para a aprovação da Nova Lei de Migração, ver Sprandel, 2018.

6 Maha é hoje uma ativista internacional, trabalhando pela erradicação da apatridia no mundo.

7 Antes mesmo da aprovação da Lei 13.445/2017, a Resolução Normativa nº 126/2017, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), tratava sobre a concessão da residência temporária para nacionais da Venezuela.

aprimoramento da normativa, que tem se mostrado muito eficaz (MILESI; COURY, 2018).

Igualmente importante tem sido a participação na regulamentação da concessão de residência para fins de acolhida humanitária, que, até o momento, aplicou-se apenas para nacionais do Haiti e apátridas provenientes desse país. Mais de uma portaria foi publicada sobre o tema, mas, em geral, incluindo restrições, como a condição de visto obtido na Embaixada Brasileira em Porto Príncipe e/ou prazo de aplicação limitado. Por essas razões, desde 2018, tem havido momentos com crescimento substancial do número de solicitações de refúgio feitas por haitianos, que coincidem com as limitações previstas nas portarias relativas à acolhida humanitária. Também neste assunto, a RedeMiR atua em todo o País prestando assistência direta aos migrantes e realizando ações de incidência junto ao Governo Brasileiro.

Outra forma de regularização migratória para cuja aprovação as entidades da RedeMiR dedicaram grande esforço é a Resolução Conjunta nº 1/2018, do Conare e do CNlg. A RC 01/2018 possibilita a concessão de autorização de residência associada à questão laboral para solicitantes de refúgio que estavam formalmente inseridos no mercado de trabalho antes da entrada em vigência da nova Lei de Migração. Trata-se de uma importante resolução, principalmente na tentativa de minorar os danos causados pelo veto presidencial à anistia migratória prevista na versão da Lei 13.445/2017 aprovada pelo Congresso. Também nesse sentido, mobilizado pelas entidades da Rede, o deputado Orlando Silva apresentou o “PL da Anistia” (PL 7876/2017), com teor semelhante ao que foi vetado e que, atualmente, tramita na Câmara dos Deputados.

Vale ressaltar que os avanços aqui listados são produtos de longos processos, em que diversos atores colaboraram entre si e somaram forças por objetivos comuns. Dessa forma, há inúmeras outras iniciativas em curso, que ainda não alcançaram resultados finais concretos. Nota-se, portanto, que o trabalho para garantir os direitos de refugiados e migrantes deve ser permanente, pois as conquistas obtidas são resultado de longos e árduos processos e necessitam sempre serem resguardadas, para evitar retrocessos.

Potencialidades da ampliação e do fortalecimento das redes de proteção no Brasil

Com o atual contexto político nacional e global, os aprendizados dessa trajetória são cada vez mais relevantes. De fato, uma vigilância constante faz-se necessária para que o conjunto de garantias estabelecido democraticamente pelas Leis 9.474/1997 e 13.445/2017 não seja fragilizado por iniciativas de ocasião, como, por exemplo, a Portaria 666/2019 do MJ e a Emenda 01 ao PL 1928/2019. Sob a justificativa de preocupações com a segurança nacional, ambas estabeleciam normativas contrárias à garantia de direitos fundamentais, trazendo à tona novamente o paradigma em que se baseava o Estatuto do Estrangeiro, o qual, em certa medida, imaginava-se superado com a aprovação da nova Lei de Migração.

É notável também o fato de que essas preocupações com o contexto político extrapolam as temáticas de migrações e refúgio, estendendo-se a questões sociais mais amplas. Percebem-se, então, a necessidade e as potencialidades de se expandir a atuação em rede sob uma ótica multidisciplinar. Foi com esse intuito que nasceu, em 2018, a Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), apoiada pela Fundação Avina e pelo Instituto C&A, que reúne dezenas de instituições da sociedade civil e organizações internacionais. A RAC compreende grupos temáticos sobre desenvolvimento socioambiental, direitos humanos, transparência e integridade e nova economia. Sua estratégia de atuação junto ao Legislativo Federal se baseia no tripé conhecimento, inteligência de dados e comunicação mobilizadora e engajadora.

Para além do âmbito legal e de abrangência nacional, as redes de proteção também vêm se expandindo nos níveis regional e local. Trata-se de um movimento fundamental, afinal, é nos municípios que ocorre a efetiva integração de migrantes e refugiados. É nesse espaço que se concretizam os princípios que guiam tratados e acordos internacionais de Direitos Humanos, assim como legislações nacionais. Nessa ótica, destaca-se a aproximação recente entre a Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com vistas a incentivar municípios brasileiros a acolherem pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela.

Se a adesão dos governos municipais a iniciativas dessa natureza ainda

é lenta, o que se percebe é que o próprio movimento espontâneo de migrantes e refugiados, tal como retratado anteriormente, vai gradualmente provocando o poder público em diversos níveis a se mobilizar para responder às demandas que surgem com os fluxos migratórios. O quadro geral ainda é marcado pela carência de políticas públicas nessas temáticas, porém, grandes avanços têm ocorrido nos últimos anos com o amplo envolvimento de órgãos públicos, como a Defensoria Pública da União (DPU), que atua em estreita colaboração com as organizações da sociedade civil, tendo contribuído substancialmente para muitas das conquistas supracitadas.

Outro exemplo a se destacar é a Rede de Capacitação a Refugiados e Migrantes, articulada pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em parceria com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o ACNUR, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o IMDH, a Conectas Direitos Humanos, a Missão Paz, a Fundação Avina, a DPU, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esta rede promoveu um ciclo de oficinas de capacitação que, entre 2018 e 2019, contemplou 12 capitais brasileiras, formando mais de 4 mil pessoas, de 600 instituições, em temáticas relacionadas ao acolhimento, integração e proteção de migrantes e refugiados.

Observa-se, portanto, que os fluxos migratórios recentes para o Brasil trazem desafios, mas também grandes oportunidades de aprendizado e de aprimoramento da capacidade de acolhida, proteção e integração de migrantes e refugiados. Neste contexto, torna-se claro que nenhum ator, agindo de forma isolada conseguiria responder adequadamente a todas as demandas. Evidencia-se, outrossim, que a formação e o fortalecimento de redes de proteção podem trazer grandes contribuições. Por essa razão, o trabalho permanente da RedeMiR em seus 15 anos de existência busca não só fortalecer a articulação entre as organizações da sociedade civil, mas também estimular a cooperação e as parcerias com atores em todos os níveis.

De fato, tais redes são valiosas não apenas para os refugiados e migrantes, beneficiários diretos de suas ações, mas também para todos os atores que trabalham com a questão migratória. De toda esta experiência, fica o aprendi-

zado de que a luta para tornar efetivos os direitos das pessoas em mobilidade deve ser constante e os instrumentos e métodos utilizados precisam ser sempre adaptados na busca de respostas eficazes. Acima de tudo, fica a certeza de que somar forças é essencial para que se possa transformar em oportunidades os desafios que se colocam diante do atual contexto migratório.

Referências

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. UNHCR Global Trends: Forced Displacement in 2018, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>. Último acesso em 05/11/2019.

COSTA, E. J.; SILVA, F. C.; Mamo, M. Pelo fim da apatridia: uma luta contra leis anti-humanitárias a partir da História de Maha Mamo. Caderno de Debates: refúgio, migrações e cidadania, n. 14, Brasília, Outubro de 2019, pp. 83-100.

DESA-ONU, Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas. International migrant stock, 2019. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates19.asp>. Último acesso em 05/11/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto-PIB, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Último acesso em 05/11/2019.

IBGE, Agência de notícias. Apenas 5,5% dos municípios com imigrantes têm serviços focados nessa população, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25516-apenas-5-5-dos-municipios-com-imigrantes-tem-servicos-focados-nessa-populacao>. Último acesso em 05/11/2019.

IMDH. Relatório de Atividades: 2001. Relatório impresso, encadernado, não publicado, arquivado na Biblioteca do IMDH, 2001.

IMDH. Relatório de Atividades: 2003. Relatório impresso, encadernado, não publicado, arquivado na Biblioteca do IMDH, 2003.

IMDH. Relatório de Atividades: 2004. Relatório impresso, encadernado, não publicado, arquivado na Biblioteca do IMDH, 2004.

IMDH. Relatório de Atividades: 2009. Relatório impresso, encadernado, não publicado, arquivado na Biblioteca do IMDH, 2009.

IMDH. Relatório de Atividades: 2015. Relatório impresso, encadernado, não publicado, arquivado na Biblioteca do IMDH, 2015.

LEMOS, V. Cidade no Mato Grosso do Sul vira nova porta de entrada para haitianos. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45278905>. Último acesso em 05/11/2019.

MIGRAMUNDO. Só 5% das cidades brasileiras com imigrantes têm serviços de apoio, aponta IBGE, 2019. Disponível em: <https://migramundo.com/so-5-das-cidades-brasileiras-com-imigrantes-tem-servicos-de-apoio-aponta-ibge/>. Último acesso em 06/11/2019.

MILESI, R.; ANDRADE, W. C. Fazendo memória do processo de construção da Lei de Refugiados no Brasil. Caderno de Debates: refúgio, migrações e cidadania, n. 12, Brasília, Dezembro de 2017, pp. 47-73.

MILESI, R.; COURY, P. Acolhida, proteção e integração de venezuelanos no Brasil: a atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (coord.). Migrações Venezuelanas. Campinas: NEPO/Unicamp, 2018. pp. 72-77.

MJ, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Refúgio em números – 4a edição, 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Último acesso em 06/11/2019.

R4V, Plataforma Response for Venezuelans, 2019. Banco de dados atualizado regularmente. Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform>. Último acesso em 06/11/2019.

SPRANDEL, M. A. Leis migratórias e conservadorismo parlamentar no Brasil: o caso da Lei 13.445, de 2017. Cadernos de Debates: refúgio, migrações e cidadania, n. 13, Brasília, Dezembro de 2018, pp. 37-59.

VARESE, L. Redes e Parcerias. Revista Scalabriniane nel Mondo. Ano 12, Número 23 – Julho/Dezembro de 2004, p. 31-35.

VARESE, L. Las Redes de Protección: papel, concepto e importancia. Brasília: ACNUR, 2005. Disponível em: http://migrante.org.br/images/arquivos/rede-solidaria-las_redes_proteccion.pdf. Último acesso em 30/04/2016.



Práticas Acolhedoras

Entidades da RedeMiR

Aldeias Infantis SOS Brasil

www.aldeiasinfantis.org.br

Elesandra da Silva Salvador

Localidade:

Goioerê (PR)

Título:

Tênis Sem Fronteiras

O Projeto Tênis Sem Fronteiras foi iniciado em julho de 2019 e seu término está previsto para julho de 2020.

Objetivos:

Tendo as aulas práticas como atrativo, o projeto oferece aulas de tênis a fim de promover a proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente juntamente com a socialização e integração com a comunidade. A partir da realização de atividades esportivas, busca prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer vínculos familiares e comunitários com vistas ao protagonismo juvenil.

Sujeitos da ação:

O projeto foi escrito para atender 40 crianças e adolescentes, de 7 a 16 anos incompletos, sendo divididos entre venezuelanos, acolhidos juntamente com suas famílias no projeto de interiorização Brasil Sem Fronteiras, e aqueles em situação de vulnerabilidade social moradores do município de Goioerê.

Metodologia:

As aulas utilizam um processo pedagógico e interativo que respeita as faixas etárias das crianças e adolescentes, trabalhando temas como limites, convivência, respeito, cooperação, criatividade, resiliência e transformação. O conjunto das ações se baseia na Metodologia do Enfoque Integral, desenvolvida pela organização Aldeias Infantis SOS Brasil e se constitui de atividades educativas através de processos pedagógicos. As aulas de tênis

têm jornada de 3 horas semanais. Os participantes são monitorados através de fichas de cadastro, listas de presença, diários de bordo, depoimentos, questionários dos Indicadores de Qualidade do Projeto (IQP), registro fotográfico e relatórios trimestrais.

Resultados:

- O projeto começou como uma ação entre amigos, que tinha como objetivo revitalizar a quadra presente no condomínio das Aldeias. Para isso, foram convidados voluntários, e conseguiu-se obter tintas, cimento, raquetes, bolas de tênis, entre outros itens.
- Foi identificado que as crianças tinham muita dificuldade em cumprir horários e isto mudou depois que passaram a frequentar as aulas de tênis.
- Também foram observadas mudanças positivas no comportamento dos participantes, que antes não tinham paciência para esperar, alguns não respeitavam os colegas ou não aceitavam ouvir “não”.
- Houve ainda o caso de um adolescente que sofria bullying no colégio. Ao se destacar nas aulas de tênis, o professor o levou para participar de um campeonato interno em um clube privado do município. O jovem atleta sagrou-se campeão em sua modalidade, sendo destaque até mesmo entre os veteranos. Sua autoestima e desempenho escolar melhoraram muito e ele deixou de sofrer bullying.

Desafios:

- O primeiro desafio foi o de colocar o projeto em prática sem recursos para tal.
- A meta de atendimento segue um desafio, sendo que ainda não havia sido atingida no final de 2019. O município não oferta esta modalidade de esporte.
- O projeto é desenvolvido em um condomínio localizado na área rural de Goioerê a uma distância de 2 km do centro da cidade, o que dificulta a locomoção das crianças e adolescentes, uma vez que o projeto não oferece transporte.

- Para enfrentar a estes desafios, a organização busca ajuda voluntária e doações. Por exemplo, uma parceria com uma instituição, que avaliou positivamente a iniciativa, passou a garantir o transporte de 10 crianças e adolescentes. O projeto ainda conta com doações de raquetes, bolinhas, tênis para as crianças, entre outros itens.

Associação Voluntários para o Serviço Internacional -Brasil (AVSI Brasil) Salvador (BA)

www.avsibrasil.org.br

Fabrizio Pellicelli, diretor presidente da AVSI Brasil

Silvana Moreira, assessora de comunicação da AVSI Brasil

Localidades:

Brasília (DF), Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima.

Título:

Interiorização e integração de venezuelanos pelo trabalho

O projeto “Interiorização e integração de venezuelanos pelo trabalho” foi uma iniciativa piloto realizada pela AVSI Brasil, na Bahia, em um período de três meses (início em outubro de 2018 e conclusão em janeiro de 2019) tendo como público-alvo alguns refugiados venezuelanos acolhidos nos Centros de Recepção e Assistência geridos pela AVSI Brasil em Roraima, que chegaram ao Brasil em decorrência do deslocamento forçado, na medida em que a complexa situação política e socioeconômica na Venezuela se agravava.

AVSI Brasil atua desde junho de 2018 na gestão de centros de acolhida e assistência à população venezuelana em Boa Vista (RR), com o objetivo de contribuir para o acesso a serviços básicos e garantir o respeito aos direitos humanos desta população. Atualmente, é responsável pela gestão de seis abrigos, beneficiando aproximadamente 4300 refugiados diretamente. A iniciativa faz parte do programa do Governo Federal, envolvendo diferentes Ministérios, com participação do ACNUR – Agência da ONU para Refugiados que tem a AVSI Brasil como parceira.

Devido à forte presença de venezuelanos em Roraima, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, o Governo Federal lançou um programa de interiorização

voluntária em cidades brasileiras como uma oportunidade de facilitar a inserção socioeconômica de migrantes e refugiados venezuelanos.

Dessa forma, a AVSI Brasil pensou em um modo de interiorizar os venezuelanos de forma mais sustentável e segura ao garantir emprego para, pelo menos, uma pessoa da família interiorizada através da parceria com o setor privado. Assim surge a iniciativa “Interiorização e integração de venezuelanos pelo trabalho”.

Objetivos:

O objetivo do projeto piloto foi contribuir para a integração da população venezuelana nas cidades de Alagoinhas e Salvador, ambas na Bahia, através da oferta de trabalho formal, acolhida e assistência das famílias venezuelanas.

Sujeitos da ação:

A partir da articulação da AVSI Brasil com o setor privado, a multinacional Indústria São Miguel (ISM) contratou 10 venezuelanos em outubro de 2018, que foram interiorizados com seu núcleo familiar, beneficiando 30 pessoas no total.

Metodologia:

O projeto teve início com a articulação da AVSI Brasil com o setor privado, que identificou potenciais empresas com vagas disponíveis para a contratação dos venezuelanos. Nesse sentido, a instituição:

- Firmou parceria com a Indústria São Miguel (ISM) para a contratação de 10 venezuelanos.
- Formalizou o acordo com o programa de interiorização do Governo Federal.
- Apoiou a ISM na triagem e seleção dos candidatos venezuelanos em Roraima.
- Acolheu os venezuelanos nas cidades de Salvador e Alagoinhas.
- Ofereceu assistência para a integração social dos migrantes e refugiados interiorizados nos primeiros meses.

O diferencial deste projeto foi o acompanhamento social realizado pela AVSI Brasil com as famílias beneficiadas. Elas foram amparadas com benefícios durante três meses, incluindo: auxílio-moradia, cestas básicas, orientações para o acesso a serviços e benefícios sociais, acompanhamento na integração local (incluindo matrícula dos filhos em escolas, inscrição no programa social Bolsa Família, apoio ao atendimento de saúde e para a nova moradia, entre outros).

A AVSI Brasil verificou também a possibilidade de ampliar os benefícios para as famílias com o suporte de um profissional para auxiliar na intermediação da mão de obra dos demais adultos interiorizados em condições de exercer atividade laboral. Os venezuelanos foram auxiliados na elaboração de currículos e articulação com o sistema local de encaminhamento de trabalhadores para entrevistas de emprego.

Resultados:

- 30 venezuelanos interiorizados e integrados nas cidades de Salvador e Alagoinhas com um trabalho formal o qual garantiu uma integração mais eficaz.
- A parceria entre a empresa e a organização criou uma aliança forte, com papéis e responsabilidade distintos e bem definidos, alinhados às missões e competências próprias do setor privado, por um lado, e do terceiro setor, de outro.
- A assistência e o acompanhamento social garantiram a tranquilidade para o trabalhador e a segurança para os demais membros do núcleo familiar.
- A articulação com os municípios de acolhida permitiu o acesso aos benefícios sociais com rapidez.
- As pessoas no ambiente de trabalho se apresentaram mais motivadas a partir do contato com os novos trabalhadores integrados na indústria.
- A falta de mão de obra qualificada para determinadas funções (e com domínio de idioma necessário para os negócios) pode fazer com que os venezuelanos sejam uma força de trabalho atrativa.

- Os venezuelanos apresentaram alto nível de comprometimento e motivação no trabalho, ajudando a empresa a baixar os índices de rotatividade e, inclusive, diminuir custos gerados pelo desligamento espontâneo dos colaboradores.

Desafios:

Verificamos que oferecer informações claras para os órgãos públicos locais, através de uma pessoa contratada localmente nas cidades de acolhida, sobre o programa de interiorização, papéis e responsabilidades é um fator fundamental para a condução do projeto de maneira eficaz.

Devido à falta de documentação dos venezuelanos aprovados no processo seletivo com a empresa parceira, incluindo a falta do atestado de antecedentes criminais, foi de extrema importância a percepção da equipe local que trabalha dentro dos Centros de Acolhida em Boa Vista sobre os aspectos psicocomportamentais dos venezuelanos selecionados.

O investimento na comunicação para a imprensa se mostrou bastante relevante para munir os profissionais com informações claras e corretas, a fim de reduzir a divulgação de informações distorcidas.

Foi necessário incrementar a etapa de preparação para a interiorização, incluindo a orientação aos venezuelanos sobre a realidade do contexto local da nova residência, para que chegassem às cidades de destino bem informados e, com o tempo, pudessem se mover de maneira autônoma, reconhecendo novas oportunidades locais.

A sociedade civil local, as associações de categorias e os sindicatos precisaram ser envolvidos no processo de informação a fim de evitar distorções sobre o projeto e os benefícios para os venezuelanos.

Comentários e observações:

O projeto “Interiorização e integração de venezuelanos pelo trabalho” foi uma importante experiência para desenvolver novas iniciativas com a mesma temática, aproveitando os pontos positivos e corrigindo os elementos de desafio.

Cáritas Arquidiocesana de Manaus

<https://arquidiocesedemanaus.org.br/caritas>

Janaina Zildeia da Silva Paiva, assistente social e coordenadora do projeto

Andreia Cristina Gomes Taniguchi, assistente social

Diácono Afonso de Oliveira Brito, secretário-executivo

Localidade:

Manaus (AM)

Título:

Resposta à emergência: atendimento a solicitantes de refúgio e refugiados em Manaus 2019

Projeto anual da Cáritas em parceria com o ACNUR – Agência da ONU para Refugiados de acolhimento e integração local dos venezuelanos em Manaus (AM).

Objetivos:

- Orientações e encaminhamentos para:
- Aquisição de documentação (Cadastro de Pessoa Física - CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Cartão do SUS).
- Acesso às políticas públicas de Saúde, Assistência Social e Educação.
- Contribuir para a inserção no mercado de trabalho.

Sujeitos da ação:

Esse projeto da Cáritas é específico para a demanda de venezuelanos, solicitantes de refúgio, refugiados e solicitantes de residência temporária, e que estão há menos de um ano em Manaus (AM). No ano de 2018, este projeto atendeu a 7976 venezuelanos e, até o final de outubro de 2019, já havia atendido a outros 11671.

Metodologia:

O projeto funciona para atendimento da demanda venezuelana de segunda a quinta-feira, das 8 às 14 horas. As sextas-feiras são reservadas para reuniões internas da equipe, visitas institucionais e domiciliares, dentre outros.

Inicialmente, a demanda passa pela triagem e acolhimento. De acordo com a vulnerabilidade de cada caso, o encaminhamento é feito ao Serviço Social e/ou à Proteção Legal.

Enquanto os sujeitos de ação esperam pelo atendimento, participam de rodas de conversas de diversas temáticas, da área da saúde, educação, direitos e deveres, assistência social, tráfico humano, trabalho análogo à escravidão e exploração sexual contra crianças e adolescentes, etc. Também são oferecidos cursos de língua portuguesa básica e avançada, bem como cursos profissionalizantes com o intuito de facilitar a inserção laboral.

Há ainda o setor de auxílio-moradia, que presta assistência financeira aos venezuelanos que estavam em abrigos parceiros da Cáritas, que inclui três auxílios calculados de acordo com a quantidade de pessoas. Também é oferecido o kit moradia, que consiste em um colchão, um fogão de 4 bocas e um botijão de gás, para auxiliar no período de pós-abrigamento.

Resultados:

- Maior quantidade de pessoas com documentação, o que possibilita o acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência.
- Oferta de mais cursos de português e profissionalizantes, visando a inserção no mercado de trabalho.
- Mais informações e orientações sobre direitos e deveres no Brasil, contribuindo para o empoderamento dessas pessoas.

Desafios:

- Revalidação dos diplomas.
- Inserção no mercado de trabalho formal.
- Crescente xenofobia.

- Insuficiência de creche para a primeira infância.
- Dificuldade de reconhecimento das atividades desenvolvidas no país de origem.

Tendo em mente os desafios, foi fechada uma parceria com a Compassiva/ACNUR para a revalidação dos diplomas. Também são ofertados cursos profissionalizantes pelo SENAC visando a inserção no mercado de trabalho formal, porém esse segue sendo o maior desafio. Ao término de cada curso, os participantes são auxiliados com um recurso financeiro para que possam empreender, visando a própria subsistência.

Comentários e observações:

A Cáritas Arquidiocesana de Manaus, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ligada à Cáritas Brasileira, é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha com povos e comunidades tradicionais; mulheres e equidade de gênero; infância, adolescência e juventude; migração e refúgio; mudanças climáticas e gestão de riscos; convivência com os biomas; economia popular solidária; segurança alimentar; mundo urbano; gestão de resíduos sólidos, com ênfase em catadores/as; voluntariado e formação. E tem como diretrizes gerais a construção solidária, sustentável e territorial de um projeto popular de sociedade democrática e de direitos.

O trabalho realizado pela Cáritas de Manaus em parceria com o ACNUR, Embaixada da França no Brasil e Ministério Público do Trabalho com os solicitantes de refúgio e os refugiados, intitulado “Resposta à emergência: atendimento dos solicitantes de refúgio e refugiados”, é amparado pela legislação de acordo com a Lei nº 9.474 de 1997, de 22 de julho de 1997. A Cáritas de Manaus realiza esse trabalho com a migração venezuelana desde 2018.

Cáritas Brasileira

<http://caritas.org.br/>

Hildete Emanuele, coordenadora da Casa de Direitos

Equipe da Casa de Direitos do Distrito Federal

Localidade:

Brasília (DF)

Título:

Casa de Direitos do Distrito Federal

A Casa de Direitos foi inaugurada no dia 8 de novembro de 2018 e finalizará os trabalhos no dia 19 de dezembro de 2019.

Objetivos:

- Tornar-se um centro de referência no atendimento, proteção, assistência, integração e formação de migrantes e refugiados que vivem na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.
- Gerenciar as 11 Casas de Passagem localizadas em São Sebastião (DF), onde cada casa acolha entre 4 e 12 pessoas venezuelanas em situação de refúgio, vindas de Roraima.
- Oferecer serviços de capacitação, apoio psicossocial, orientação jurídica e documental, arrecadação e distribuição de doações.

Sujeitos da ação:

Em um ano de funcionamento (novembro/2018 a novembro/2019), a Casa de Direitos atendeu a mais de 1200 migrantes e refugiados nos setores de Atendimento, Proteção (orientação jurídica/documental) e Integração (psicossocial, cultural, educacional e laboral), de 62 nacionalidades diferentes.

Metodologia:

- **Setor de atendimento:** documentação, arrecadação e distribuição de doações e orientações gerais.
- **Setor de proteção:** incidência política e orientação jurídica.
- **Setor de integração laboral:** elaboração de currículo, orientações para empregadores, busca de vagas e mediação de contratações.
- **Setor de integração psicossocial:** rodas de conversa, oficinas terapêuticas, atendimentos individuais, orientações e articulações para o acesso às políticas públicas e socioassistenciais.
- Atividades celebrativas, encontros, reuniões de rede, intercâmbios, diálogos com veículos de comunicação, visitas de pessoas e instituições parceiras, entrevistas com pesquisadores e outras atividades pontuais aconteciam mediante agendamento.

Resultados:

- A Casa de Direitos do Distrito Federal atendeu mais de 1200 migrantes de 62 nacionalidades diferentes.
- Pelo projeto de capacitação, passaram 166 pessoas, sendo 60 mulheres e 106 homens de diversas nacionalidades, divididos em três ciclos.
- Dos 107 migrantes que passaram pelo projeto de capacitação, no primeiro e no segundo ciclo formativo, 32 estão em atividade laboral no mercado formal.
- A Casa de Direitos colaborou no processo de integração laboral (elaboração dos currículos, busca por oportunidades de trabalho, sensibilização e orientação jurídica de empregadores e acompanhamento do processo de adaptação ao trabalho) de mais de 200 migrantes e refugiados, dos quais 75 já estão trabalhando.

Desafios:

- Relação com o poder público local, onde não há uma política de atenção aos migrantes e refugiados e as pessoas que procuram os serviços públicos são encaminhadas para a nossa Casa de Direitos, especialmente aquelas que buscam abrigo temporário.
- Equipe e espaço reduzidos para as demandas.
- Diferentes níveis de conhecimento e de línguas maternas numa mesma turma de capacitação em língua portuguesa e cultura brasileira.
- O principal desafio atualmente é garantir a continuidade da Casa de Direitos do Distrito Federal, porque os projetos que mantinham a casa – projeto de capacitação em parceria com a Fundação Banco do Brasil e projeto PANA (acolhimento e integração de migrantes e refugiados, especialmente os venezuelanos) e com o Departamento de Estado dos Estados Unidos (PRM) – serão finalizados em dezembro de 2019. A instituição está buscando parcerias para poder seguir de portas abertas em 2020.

Comentários e observações:

- É necessária uma equipe multidisciplinar (atendente, coordenador, educador social, assistentes sociais, psicólogo, assessoria jurídica) e um trabalho de articulação em rede.
- É de fundamental importância estabelecer diversas parcerias com organizações da sociedade civil e do governo, para seguir atendendo a essa população.
- É importante a incidência política, para que a legislação brasileira migratória se torne real nos territórios onde os migrantes estão sendo acolhidos.
- É preciso cuidar e formar as pessoas que estão atendendo os migrantes e refugiados, assim como valorizar e capacitar o voluntariado.

- Campanhas de sensibilização contra a xenofobia e contra o racismo são fundamentais. Identificamos que, mesmo em comunidades que acolhem os migrantes e refugiados, as pessoas negras enfrentam desafios muito maiores.
- O foco do trabalho com migrantes deve ser a geração de autonomia. É preciso encorajar e dar suporte para que protagonizem a reconstrução dos seus projetos de vida.

Cáritas Brasileira Regional Norte II

<http://cnbbn2.com.br/category/caritas-norte/>

Integrantes da Equipe Regional Norte II

Localidade:

Belém (PA)

Título:

Grupos de Economia Popular e Solidária

É uma ação do “Projeto Fortalecimento das Capacidades Institucionais para Atuação com Migrantes e Refugiados em Situação de Vulnerabilidade Social 2019/2020”, desenvolvido pela Rede Cáritas Brasileira, que está em andamento com possibilidade de ampliação.

Objetivos:

- Possibilitar a autonomia e a sustentabilidade dos venezuelanos da etnia Warao.
- Refugiados venezuelanos da etnia Warao capacitados em Economia Solidária.
- Formar três grupos de economia solidária: costura, miçangas e cestaria.

Sujeitos da ação:

Prioritariamente pessoas em situação de refúgio indígenas Warao.

Metodologia:

Foram realizadas três oficinas sobre Economia Popular e Solidária, na perspectiva do que estes já desenvolvem em suas relações culturais, econômicas e sociais.

No primeiro dia da formação, compareceram 15 mulheres, entre 12 e 60 anos, e 6 homens, entre 18 e 60 anos.

O cenário foi composto por elementos alusivos aos costumes indígenas (barcos, remo, maracá, cestarias, plantas, tigelas em cerâmica), além de recortes de papel em formato de pés para simbolizar a trajetória até ali, estado do Pará no Brasil.

Os participantes foram convidados a observar, conhecer e reconhecer os objetos e expressar ao que lhes reportavam. Também apreciaram um instrumento musical muito usado por indígenas brasileiros e contação de histórias com a uma escritora voluntária, Doutora em Educação (Maria Olinda Pimentel).

Também foi entoado por um tradutor (voluntário José A. Lopéz) o canto indígena do Mantra Witaikon, que gera as condições necessárias para o contato com as energias sutis e o espírito do Regente da Consciência Indígena. Neste momento, todos e todas fizeram um silêncio muito significativo de respeito e sintonia, principalmente o povo Warao que demonstrou perceber o respeito que temos por sua cultura e saberes de seus povos e ancestrais. Um representante Warao (Sr. Pedrín) fez a tradução para os que não compreendiam o espanhol.

As atividades abordaram a importância do respeito aos valores recebidos de ancestrais através dos pais e que devem ser cultivados. Após as explicações, foram distribuídos materiais como papéis, canetas, lápis coloridos e tintas, para que os participantes expressassem seus sentimentos, valores e saudades que aprenderam, valorizavam e guardavam como ensinamentos. A atividade motivava:

- Olhar para dentro de si: Quais seus valores, quais de seus ancestrais que você gostaria de deter, aprender, possuir? De quem ele ou ela recebeu?
- Reflexão: Só este valor é essencial para tecer esta Rede Solidária?

Um rico material foi elaborado pelos participantes, que fizeram uma apresentação e socialização dos trabalhos, sublinhando as lembranças que os reportavam as suas culturas. Foi montado um varal com os trabalhos para apreciação geral. Durante as apresentações, foram anotados os valores referendados.

Os slides de apresentação da temática Economia Solidária continham muitas fotos/imagens dos presentes e/ou de seus povos, para facilitar a assimilação do conteúdo. Foi identificado que os participantes por si só já praticavam a Economia Solidária, mas havia necessidade de orientações para a consciência e prática diária destes valores e princípios, de forma a gerar trabalho e renda familiar e, por consequência, dignidade, respeito e garantia de direitos.

Outra dinâmica usada foi, após anotar em tarjetas os valores destacados pelos participantes, organizá-las em círculo e animar cada um(a) a escolher uma das tarjetas que mais tivesse significado para si. Em seguida, foram orientados a interligar com um fio o seu valor com outro valor que também considerassem muito importante. Assim, uma grande e rica rede foi criada. Também foi estabelecida a interligação dos valores fundamentais para a Economia Solidária e o compromisso de que iriam se apropriar dos ensinamentos para se organizarem e trabalharem para a geração de trabalho e renda.

Houve ainda um momento de diálogo sobre o que eles sabem fazer, o que gostam de fazer e o que pensam que poderiam vender bem. As trocas foram registradas em tarjetas, desenhando três grupos bem definidos.

1. Redes, cestas, tinthorô, objetos decorativos etc.
2. Colares, pulseiras, brincos, bolsas pequenas, porta celulares etc.
3. Vestuário: vestidos, blusas, saias, camisas, bolsas.

As informações foram passadas para cartolinas e organizadas em painéis para que os participantes pudessem visualizar a organização dos grupos de produção.

Resultados:

Formação de três grupos para produção, comercialização e valorização da cultura Warao: *Jau Jakera*, *Duwaji* e *Iakanun*.

Desafios:

- Há 2 anos, foi iniciado o acompanhamento dos Warao em Belém (PA) e a comunicação oral tem sido um dos principais desafios.

A maioria dos migrantes fala principalmente sua língua nativa e as mulheres, guardiãs da sua cultura, pouco falam espanhol. A Secretaria Estadual de Educação e as universidades são parceiras para superação deste desafio; Waraos frequentando a escola para aprender português, bem como a elaboração de um projeto de educação pensando na integralidade do atendimento.

- Buscar parceiros institucionais com comprometimento de atuar com respeito e responsabilidade para garantir direitos ao trabalho digno para os refugiados tem sido outro desafio.
- Contar com voluntários para tradução tanto para o warao quanto para o espanhol, utilizar recursos visuais no desenvolvimento das atividades, vivência de respeito, organização cultural e social dos participantes (presença de crianças em todos os momentos).

Comentários e observações:

A instituição acredita que essas iniciativas são fundamentais para que se fortaleça, com atenção especial para as iniciativas dos migrantes Warao, a organização e luta em defesa e garantia dos direitos, como alternativa de enfrentamento ao sistema econômico capitalista e ao modelo de desenvolvimento que degrada o meio ambiente e a identidade das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

Casa do Migrante

Ir. Terezinha Mezzalira, coordenadora da Casa do Migrante

José Carlos Souza da Silva, coordenador da Câmara Técnica

Celia Cristina de Oliveira, secretária da Câmara Técnica

Josnei Fagundes Marquardt, articulador junto ao GGIM

Localidade:

Foz do Iguaçu (PR)

Título:

Câmara Técnica – Rede de Proteção

A Câmara Técnica sobre o tráfico de pessoas é um projeto vinculado ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Foi pensada no âmbito da Campanha da Fraternidade de 2014, cujo tema estava relacionado ao tráfico de pessoas. Na ocasião, foi realizado o I Seminário da Tríplíce Fronteira sobre Tráfico de Pessoas e, como resultado, surgiu o Fórum Integrado Coração Azul (FICA). Anualmente, na Semana do Coração Azul, se realiza um seminário com este tema envolvendo os três países: Brasil, Argentina e Paraguai.

Em 2018, a Câmara Técnica passou a ser oficialmente vinculada ao GGIM. É um projeto sem tempo determinado, cujos membros se reúnem mensalmente e representam tanto órgãos de governo na esfera federal, estadual, municipal, quanto, organizações da sociedade civil e agentes de pastoral.

É um espaço permanente de discussão acerca de assuntos relevantes e de formulação de propostas relacionadas ao tema, as quais devem ser apresentadas ao governo, a fim de se estabelecer políticas públicas que atendam as demandas apresentadas pelas pessoas contempladas pela iniciativa. O projeto busca atuar em conformidade com o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Participam instituições governamentais e civis: Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Militar (PM), Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), Guarda Municipal, Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Secretaria Municipal - Assistência Social e de Direitos Humanos, universidades, Cáritas Diocesana, Casa do Migrante, Pastoral da Mobilidade Humana, Conselhos das comunidades, Agentes de Saúde, Secretaria de Direitos Humanos do Paraguai, Comissão Argentina para Refugiados e Migrantes e representantes de comissões de migrantes. A Câmara Técnica é orientada por um coordenador, que atualmente é o presidente da Cáritas Diocesana, um vice e um secretário.

Objetivos:

- Coordenar e acompanhar ações integradas de prevenção ao tráfico de pessoas, trabalho escravo e contrabando de migrantes.
- Elaborar um planejamento estratégico das ações integradas e propor estratégias e metodologias de monitoramento das ações.

Sujeitos da ação:

As pessoas atendidas pelo projeto são as vítimas de tráfico de pessoas, trabalho escravo, contrabando de migrantes e mulheres migrantes em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência, presas, desacompanhadas, menores gestantes, sem acesso aos serviços básicos. Além da pessoa, todos que fazem parte de sua vida: familiares e às vezes amigos e vizinhos.

Metodologia:

- Reuniões mensais dos membros da Câmara Técnica.
- Encontros, jornadas e fóruns, objetivando a integração das ações.
- Visitas a escolas, tornando conhecida e visível a realidade do tema na fronteira.
- Reuniões com profissionais da assistência social e saúde apresentando o tema, escutando e esclarecendo dúvidas.
- Abordagens periódicas, três ao ano, de prevenção e alerta sobre o tráfico na ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai,

no aeroporto internacional de Foz do Iguaçu, nas rodoviárias e terminais urbanos.

- Visitas aos estabelecimentos comerciais ou na construção civil onde os trabalhadores estão irregulares e não são respeitados seus direitos trabalhistas e humanos.
- Acompanhamento à pessoa que denuncia quanto seus direitos não são respeitados ou sofre violência, especialmente empregadas domésticas.
- Busca de espaço seguro para a vítima e encaminhamento para atendimento humanizado.
- Acolhida, escuta, orientação e encaminhamento à instituição responsável por responder à demanda apresentada.
- Assistência imediata, com alimentos, abrigo e documentação.
- Encaminhamento às agências de emprego.

Resultados:

- O principal resultado é a visibilidade do serviço realizado pela Câmara Técnica e a abrangência das ações realizadas. Percebe-se que vai muito além da Tríplice Fronteira, pois são recebidas solicitações de outros países para acompanhamento de migrantes e refugiados que foram enganados ou foram vítimas de contratos de trabalho e documentação falsos.
- Na fronteira, a partir da conscientização, as pessoas passaram a ter mais respeito para com os migrantes e refugiados.
- Maior envolvimento dos atores do governo, da sociedade civil, de entidades assistenciais e de voluntários, todos com o intuito de trabalhar para encontrar meios de evitar o tráfico de pessoas, o trabalho escravo e o contrabando de migrantes. Resultado das ações realizadas e acompanhadas pela Polícia Federal ou instituição relacionada com o tema da abordagem, assim como pela conscientização realizada nas escolas por assistentes sociais da rede municipal e do conselho tutelar.

- O envolvimento das universidades, cujos professores e alunos passaram a produzir literatura relacionada ao tema, a estagiarem na Casa do Migrante e cederem espaço na instituição para aulas de português, cursos e acompanhamento jurídico e psicológico.

Desafios:

- Dificuldade em inserir a reflexão sobre o tema, de modo especial nos meios de comunicação, pela falta de conhecimento e pela concepção de que tráfico de pessoas seria algo exclusivo para exploração sexual e que, no quesito trabalho, seria uma opção pessoal trabalhar sem carteira assinada, por horas exaustivas e por remuneração abaixo da estabelecida.
- A própria fronteira favorece que quadrilhas e agenciadores façam uso de migrantes para atividades ilícitas e de “lucro fácil”, os quais, muitas vezes, acabam sendo presos ou assassinados.
- A morosidade nos processos de denúncia e responsabilização do autor da ilegalidade e do acompanhamento à vítima seja por tráfico ou trabalho escravo, por prisão ou em situação de abrigo.
- Atores públicos sem a devida preparação ou sem a sensibilidade para com a pessoa em situação de risco ou de vulnerabilidade.
- Trabalhar na prevenção do tráfico, na fiscalização do trabalho e nos grupos organizados e na responsabilização dos atores envolvidos no crime.
- As estratégias utilizadas são a divulgação nos meios de comunicação e nas redes sociais do que é o tráfico de pessoas e o convite a prestar atenção para esta realidade.

Centro de Atendimento ao Migrante (CAM)

www.facebook.com/centrodeatendimentoaomigrante/

Adriano Pistorelo, setor jurídico

Localidade:

Caxias do Sul (RS)

Títulos:

Articulação jurídica com a rede local;

Extensão de atendimento em clínicas jurídicas.

Os projetos de articulação em rede e de estabelecimento das clínicas jurídicas iniciaram suas atividades em 2019 de forma continuada.

Objetivos:

As iniciativas foram implementadas em 2019, sendo que o projeto de fortalecimento de redes é continuado, ratificado mensalmente por meio das reuniões do Fórum de Atenção ao Migrante, criado a partir da articulação da rede local para melhor atenção à população migrante.

Com relação às clínicas jurídicas, foram criados espaços de atendimentos jurídicos dentro de instituições de ensino, onde os alunos em formação são inicialmente sensibilizados para entender os fenômenos migratórios, a fim de que possam executar os atendimentos de regularização migratória, atendimento jurídico e de proteção. O projeto também prevê a possibilidade de criação de espaços de atendimentos junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade e de um grupo local de advocacy para incidência em políticas junto aos atores locais. A iniciativa também viabilizará ações de pesquisa, extensão e estágios junto ao CAM.

Sujeitos da ação:

Os beneficiários são migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas. A estimativa é de 250 migrantes beneficiados por semestre.

Os alunos e acadêmicos também serão beneficiados pela ação a partir da produção de conhecimento e sensibilização à causa dos deslocamentos humanos.

Metodologia:

Na ação de fortalecimento de redes, o trabalho é realizado de forma direta com os atores da rede pública, como unidades básicas de saúde, Secretaria da Educação, Fundação de Assistência Social, entre outros. Esta atuação tem um viés de capacitar o servidor no conhecimento das leis e normas migratórias, direitos e deveres do Estado e dos migrantes, difusão dos fluxos de atendimento da rede pública. A capacitação é realizada por temáticas, com *check lists* predeterminados, resultantes de demandas oriundas dos atendimentos do Centro.

No atendimento das clínicas jurídicas, são realizadas capacitações dos alunos por meio de critérios predeterminados. Inicialmente, é realizada a aplicação de questionários para medir o conhecimento de cada atendente e, a partir dos resultados, são realizadas capacitações para início dos atendimentos.

Os agendamentos são centralizados no CAM, a fim de direcionar as demandas de forma assertiva, considerando o conhecimento do aluno escalado para tal atendimento.

A produção acadêmica terá início no ano de 2020.

Resultados:

- A rede tem funcionado melhor e os migrantes estão sendo atendidos nas suas demandas.
- Por meio das clínicas, houve a abertura de mais possibilidades de atendimento, aumentando o número de migrantes assistidos.
- Há maior sensibilização dos alunos às causas migratórias, proporcionando acesso a outras realidades, as quais geram maior envolvimento pessoal e resultam em multiplicação de conhecimento.

- Por meio das parcerias, será possível a criação de conhecimento científico.
- Envolvimento da docência nas pesquisas.

Desafios:

- Aceitação por parte de todos os servidores, que precisam ser sensibilizados, bem como, aderirem à causa.
- Superação das discriminações, racismo e xenofobia.
- Para superação dos desafios acima, estão sendo realizadas palestras, reuniões, entre outros.
- Com relação aos atendimentos jurídicos, falta maior conscientização de alunos e professores.
- A fim de gerar novas adesões, foi realizado recentemente o “Simpósio de migrações e refúgio à luz dos direitos humanos”, que apresentou excelente resultado.

Centro de Pastoral para Migrantes (CPM)

<https://www.facebook.com/Centro-de-Pastoral-para-Migrantes>

Bianca Vasquez Pistório

Eliana Aparecida Vitaliano

Lorena Del Socorro Sanchez Gonzales

Marilete Mulinari Girardi

Localidade:

Cuiabá (MT)

Título:

Balcão de Direito dos Trabalhadores e Trabalhadoras

Trata-se de uma ação continuada, que existe desde 2012 até os dias atuais, pois a partir dela implantou-se o setor especializado em trabalho na instituição.

Objetivos:

- Promoção de trabalho para migrantes.
- Orientação aos trabalhadores (as) migrantes sobre seus direitos no mundo do trabalho no Brasil.
- Mediação entre trabalhadores (as) e empregadores(as).

Sujeitos da ação:

A média de atendimento mensal é de 150 pessoas, tratando-se de migrantes que estão acolhidos(as) na instituição ou que residem na cidade e buscam o serviço como um centro de referência em atendimento a migrantes.

Metodologia:

- Esta ação se iniciou a partir de Acordo de Cooperação Técnica entre o CPM e a Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso (SRT-MT), com a presença de uma auditora fiscal do trabalho para atendimentos a migrantes sobre a temática de trabalho na instituição. A ação se institucionalizou na organização

e, atualmente, mesmo com o encerramento do Acordo de Cooperação Técnica, a auditora fiscal permanece atuando na instituição como voluntária.

- Os atendimentos ocorrem de segunda a quinta-feira, no período vespertino, junto aos outros serviços que são oferecidos pela instituição.
- As atividades de rotina consistem em: I) Encaminhar trabalhadores(as) para obtenção de Carteira de Trabalho na SRT-MT, tanto de primeira via quanto de atualização do documento; II) Atender trabalhadores(as) que buscam trabalho e criar banco de dados com tais informações para posterior encaminhamento; III) Atender empregadores(as) que buscam a instituição para oferecer oportunidades de trabalho para migrantes, criando banco de vagas; IV) Acompanhar entrevista entre empregador(a) e trabalhador(a), para a efetivação de contratação de vagas oferecidas; V) Mediação de conflitos entre empregadores(as) e trabalhadores(as), quando ambos trazem queixas da relação trabalhista, principalmente no rompimento do vínculo de trabalho.
- Além disso, também são promovidas regularmente palestras de cunho educativo e de orientação para trabalhadores (as) compreenderem as nuances do mercado de trabalho brasileiro, bem como a legislação trabalhista nacional e quais são seus direitos, como acessá-los e garanti-los. São distribuídas senhas para o atendimento conforme demandado diariamente, com uma média de 100 pessoas atendidas ao mês.

Resultados:

- No ano de 2018, foram atendidos em média 1800 migrantes, os quais foram beneficiados(as) com diversos serviços do Balcão de Direito dos Trabalhadores e Trabalhadoras, como, por exemplo, orientações sobre o mundo do trabalho no Brasil; encaminhamento para vaga de trabalho; mediação de conflitos entre empregadores(as) e trabalhadores(as).

- Além de atuar com público de demandas espontâneas que chegam à instituição, o CPM, em 2018, acolheu a demanda humanitária de refugiados(as) venezuelanos(as) encaminhados à Cuiabá por meio da Estratégia Nacional de Interiorização, coordenada pelo Governo Federal do Brasil e Agências da ONU. Em 2018, foram recebidos na capital mato-grossense 128 beneficiários(as) deste programa em idade produtiva.
- Com o objetivo de diminuir a vulnerabilidade desses trabalhadores e trabalhadoras a condições degradantes de trabalho, articularam-se cursos de qualificação e foram oferecidas 75 vagas para migrantes em sete cursos de diversas áreas.
- 70 trabalhadores(as) foram encaminhados para o mercado de trabalho formal, o que corresponde a 55% deste público recebido.

Desafios:

- A baixa na oferta de emprego tem sido um desafio, pois os migrantes deslocam-se para o novo país na expectativa de conseguirem melhores condições de vida, o que é possível pelo alcance de renda fixa por meio do trabalho.
- Sabe-se que no Brasil o número de desempregados(as) é de cerca de 12 milhões de pessoas. Frente a este desafio, a instituição divulga a causa da migração nas mídias com frequência, para manter o assunto vigente, convocando a classe empregadora para contratar migrantes, além de buscar parcerias com instituições governamentais e também da sociedade civil, para colocar o tema em pauta e sensibilizar novos empregadores e parceiros.

Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial (UFFS)

www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/centro-de-referencia-em-direitos-humanos-marcelino-chiarello-crdh-uffs/centro-de-referencia-em-direitos-humanos-e-igualdade-racial-marcelino-chiarello

Rosangela Maria Hüning, assistente social do CRDHIR – UFFS

Localidade:

Chapecó (SC)

Título:

Cidadania em movimento

É uma ação continuada, do Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que teve início em 2014 e segue por tempo indeterminado.

Objetivos:

- Promover o acesso à cidadania.
- Incentivar a inclusão social.

Sujeitos da ação:

Os principais sujeitos são migrantes em sua maioria haitianos, senegaleses e venezuelanos.

Metodologia:

- É realizado atendimento de livre demanda, de segunda a sexta-feira em dois turnos (manhã e tarde).
- Conta com três servidores públicos, sendo dois federais e um municipal.
- Dispõe de uma sede destinada exclusivamente para este atendimento e computadores para acesso do migrante e dos trabalhadores para atendimento, impressão de boletos,

formulários etc. Situa-se em região central e é vinculado à reitoria da UFFS, campus Chapecó.

- As demandas mais expressivas são a busca por agendamento junto à Polícia Federal; orientação para acesso aos serviços da rede pública do município e região, em especial saúde e educação; estrutura e montagem de dossiê para confecção de passaportes haitianos em parceria institucional com Embaixada do Haiti, o qual é emitido, recebido pelo serviço e entregue ao migrante, com despesas de envio custeadas pela UFFS.

Resultados:

Efetivação e providências essenciais para os migrantes referente a documentação, com mais de 500 passaportes viabilizados e entregues aos haitianos, condição primordial para sua inserção no mercado de trabalho e acesso a rede socioassistencial.

Desafios:

- A comunicação.
- A disposição e disponibilidade de profissionais para atendimentos.
- Falta de compreensão da equipe do processo de regularização e documentação para o migrante no tangente à regularização de sua condição.
- Redução de vagas de trabalho nos últimos três anos.
- Compreensão e mecanismos para reunião familiar dos migrantes.
- Falta de domínio e trocas frequentes do site da Polícia Federal.

Centro Ítalo-Brasileiro de Apoio e Instrução às Migrações (CIBAI Migrações)

Eliane de Oliveira

Jurandir Zamberlam

Jamesson Mercure

Anderson Luis Hammes

Localidade:

Porto Alegre (RS)

Título:

Um futuro para mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade

É um projeto continuado, que está em execução desde o ano de 2018. Com uma demanda em constante crescimento, devido à reunião familiar das mulheres e filhos, a iniciativa não tem data para ser finalizada.

Objetivos:

- Regularizar a documentação.
- Oferecer aulas de iniciação à Língua Portuguesa e oficinas profissionalizantes para inserção laboral.
- Fornecer alimentos, fraldas ecológicas, pomadas específicas, sabão para lavar fraldas, leite e roupas para as crianças.

Sujeitos da ação:

No final de 2019, estavam sendo atendidas 170 mulheres e 340 crianças.

Metodologia:

- Quanto à regularização da documentação:
- Quando chegam ao CIBAI, os migrantes são acolhidos, orientados e, após o cadastramento, encaminhados para os diversos serviços: solicitação do protocolo (quando não possui); procedimento legal para solicitante de refúgio; enquadramento

conforme a lei e os acordos multilaterais ou bilaterais para os vistos temporários e permanentes; encaminhamento para o Auxílio de Benefício de Prestação Continuada; solicitação de naturalização e opção de nacionalidade; Ajuda Emergencial com roupas e alimentos; elaboração de currículos com envio às empresas e encaminhamento de pessoas quando existem vagas em empresas.

- Os recém-chegados são direcionados à rede de migrantes de sua nacionalidade ou a albergues mantidos pelo poder público.
- Encaminhamento para providenciar o Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira do Trabalho, conta bancária, cadastro no Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto à capacitação:

- Aulas semanais para iniciação da Língua Portuguesa e corte e costura;
- Oficinas de 8 a 12 horas para capacitação em diversas áreas: cozinha doméstica, garçom, higienização, camareira, entre outros.
- Oficinas de encontro de mulheres: Cultura e Vivência, Cartografia Social, Corpo e Saúde, Combatendo a Violência.
- Palestras sobre saúde bucal, planejamento familiar, doenças infectocontagiosas, Lei Maria da Penha, Legislação trabalhista, entre outras.

Quanto a itens diversos (fraldas, leite em pó...):

- Identificação de pessoas com tais necessidades. (Nesta primeira fase, foram acolhidas 55 mães e 95 crianças).
- Cadastramento.
- Busca de doadores mensais para as demandas.
- Distribuição aos contemplados.
- Estímulo para as mães fazerem os cursos e oficinas.
- Assistência psicológica quando identificada a necessidade.
- Confraternizações e celebrações.

Resultados:

- O CIBAI, desde março de 2016, deu início ao Projeto de Ajuda Emergencial com a doação de alimentos e roupas às famílias em situação vulnerável. Em 2018, iniciou-se o Projeto específico de apoio a mães com crianças e a mulheres grávidas.
- Para atrair participantes às aulas de iniciação a Língua Portuguesa e oficinas de capacitação, foi preciso apoiar as mulheres com passagens frente a sua necessidade financeira.
- As aulas e oficinas foram coordenadas por voluntários. Os resultados foram extremamente positivos, pois grande parte das participantes conseguia inserção laboral.

Desafios:

- Perda de postos de trabalho dos maridos e consequente reemigração. As famílias desamparadas buscam apoio no CIBAI.
- A falta de condições monetárias para o deslocamento dos bairros e vilas para o centro onde se localiza a organização.
- Não domínio da Língua Portuguesa por parte da maioria das mulheres.
- Por falta de orientação prévia, chegam ao CIBAI mulheres com gestação adiantada sem terem iniciado o acompanhamento pré-natal.
- Muitas crianças nascem sem terem um enxoval mínimo. O CIBAI procura dar suporte.
- Aglomeração de famílias migrantes numa casa que comportaria apenas uma família.
- Inexistência de Casa de Passagem (o fluxo médio mensal de chegada de novos migrantes no CIBAI ultrapassa 70 ao mês, porém, o atendimento mensal chega a 750).
- A instituição tem extrema limitação financeira para atender às demandas dos que se encontram em situação de vulnerabilidade.
- Um dos grandes entraves para que as migrantes e seus filhos

consigam auto sustento está no custo elevado do processo documental, além da morosidade na tramitação, que retarda a inserção laboral e, conseqüentemente, prolonga a dependência à Ajuda Emergencial.

Quanto às estratégias:

- Rede de apoio de profissionais voluntários que humaniza o serviço (assistentes sociais, psicólogos, advogados, educadores, acadêmicos de Relações Internacionais, História, Direito, Geografia, entre outros).
- Kits de fraldas, leite em pó, alimentos não perecíveis e roupas, doados por instituições e voluntários.
- Respeito e valorização às culturas, crenças e posição política das migrantes.

FIGAS

www.ficas.org.br

Bira Azevedo

Andreia Saul

Raquel Catalani

Localidade:

São Paulo (SP)

Título:

Programa de Formação de Coletivos de Migrantes

O projeto finalizou sua segunda edição em 2019. Cada turma formada teve uma duração média de sete meses, com encontros quinzenais. Porém, é necessário planejar dois meses para a mobilização inicial e um mês para a finalização do processo formativo.

Objetivo geral:

Fortalecer mulheres migrantes para que se percebam como sujeitos de direitos, se organizem e busquem melhores condições de vida.

Objetivos específicos:

- Fortalecer os vínculos de confiança entre as participantes dos grupos, de modo que possam compartilhar desafios e sonhos, e se apoiar no processo formativo.
- Aprofundar o autoconhecimento e o conhecimento do grupo, de forma a fortalecer o sentido da vida no local onde estão vivendo hoje (comunidade, cidade e país).
- Construir coletivamente uma visão de futuro (sonhos e desejos), desenhando as primeiras estratégias para alcançá-los.

Sujeitos da ação:

A segunda edição foi formada por dois grupos compostos principalmente por mulheres bolivianas que trabalham como costureiras. Os dois grupos totalizaram 40 mulheres e, nas ações realizadas, aproximadamente 250 mulheres migrantes foram alcançadas.

Na primeira edição, também foram trabalhados dois grupos, um de mulheres filipinas, que trabalham como empregadas domésticas e outro com bolivianas costureiras.

Metodologia:

O itinerário formativo é composto por três estações temáticas, onde se trabalham: 1. Vínculos de confiança, 2. Identidade e conhecimento e 3. Sonhos e visão de futuro.

O processo dura em média sete meses, com a realização de encontros quinzenais, de período integral, aos domingos, que é o dia possível para esses grupos, por conta do trabalho. O projeto oferece café, almoço e lanche para as participantes, e duas educadoras trabalham e cuidam das crianças e adolescentes que acompanham suas mães.

A metodologia utilizada com as mulheres está baseada no compartilhar conhecimentos e no desenvolvimento de potencialidades, alinhados com os princípios de educação popular, em especial com o diálogo, a relação horizontal de respeito e o processo de aprendizagem mútua. Outro elemento chave da metodologia é o investimento na formação de vínculo de confiança com as participantes, por meio do respeito e valorização de seus diferentes saberes, do acolhimento, interesse e escuta ativa, e da relação de parceria e aliança.

Os encontros formativos utilizam da ludicidade, com jogos, músicas, danças circulares e textos reflexivos, da afetividade e de linguagem adequada para que as participantes possam compreender os conteúdos e vivenciá-los na prática. Desta forma, aliando teoria e prática ao longo de todo o processo, respeita o ritmo de aprendizagem das participantes e constrói, coletivamente, novos conhecimentos.

Outro elemento presente no projeto são as oficinas com especialistas em temas diversos e importantes para esses grupos de mulheres, como saúde da mulher, leis trabalhistas e de proteção social (Lei Maria da Penha e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo), aulas de dança e yoga (cuidado com o corpo), questões de gênero e de violência doméstica, entre outras. Essas oficinas aconteceram quinzenalmente, sempre alinhadas com o parceiro, para respeitar o perfil do grupo e da formação.

Resultados:

Entre os principais resultados destacam-se:

- O processo de desenvolvimento socioemocional, que tem contribuído para o autoconhecimento e autonomia das mulheres participantes.
- A criação e fortalecimento de vínculos entre as mulheres participantes, contribuindo para a formação de uma rede de apoio.
- O compartilhamento da metodologia e aprendizagens da formação por algumas mulheres que atuam com outros grupos em suas comunidades.
- A ampliação do acesso a serviços públicos e comunitários (Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), escolas, creches, entre outros) em seus bairros e da importância do direito à cidade como um todo (Av. Paulista aberta aos domingos, Parque do Ibirapuera, entre outros).
- Um dos grupos de mulheres planejou e realizou um campeonato de futsal para mulheres migrantes, envolvendo oito times de bolivianas e paraguaias, onde, além de proporcionarem a integração e o desporto, foram compartilhadas mensagens a favor dos direitos das mulheres, contra a violência e por um trabalho digno.
- O outro coletivo de mulheres está se organizando para montar um negócio colaborativo, que possa gerar renda e a ampliação da

autonomia financeira delas. Uma organização parceira aprovou este novo projeto, que irá acontecer em 2020.

- A presença do FICAS em espaços de advocacy e de diálogo com diferentes atores sociais, inclusive na facilitação de encontros, mostrou ser uma estratégia importante para sensibilizar para a causa da migração, da igualdade de gênero e do trabalho digno, a partir do trabalho com as mulheres bolivianas.

Desafios:

- Utilizar a comunicação do projeto de forma mais estratégica, no intuito de trazer mais visibilidade para a questão das mulheres migrantes na cadeia da moda e de influenciar a narrativa sobre migração e refúgio, igualdade de gênero e trabalho digno, continua sendo um ponto de atenção.
- Como a maior disponibilidade de tempo das mulheres é aos domingos, torna-se um desafio trazer os encontros da formação para os dias de semana, possibilitando assim a articulação com parceiros e outras/os convidadas/os. Além disso, trabalhar todos os domingos, durante praticamente dez meses, torna-se cansativo para a equipe do projeto.
- As mulheres que, por algum motivo, precisaram faltar mais de dois encontros seguidos, sentiam vergonha para retornar ao grupo, e mesmo com uma mobilização “corpo a corpo” isso acarretou algumas evasões. Mas muitas dessas mulheres voltaram após a conclusão da formação, para participarem das reuniões preparatórias da nova etapa do projeto, mostrando seu engajamento.

Fundação Avina

www.avina.net/pt/home-por/

Rogenir Almeida Santos Costa, da Fundação Avina

Gustavo Guedes de Castro, da Jarina Filmes

Localidade:

Rio de Janeiro (RJ)

Título:

Oficinas *Storytelling*: a migração através dos olhos dos protagonistas

No Brasil, as oficinas foram realizadas em Brasília (DF) e Curitiba (PR), ministradas pelos cineastas e educadores Gustavo Castro e Juliana Sanson e produzidas por Rafael Oliveira e Thayse Limeira Costa, da Jarina Filmes. O lançamento dos vídeos está previsto para dezembro de 2019. As oficinas fazem parte da campanha “Feitos de Coragem - o mundo é movimento”, que já está em curso com apoio e participação da Fundação Avina e apoio da Missão Paz e que prevê a realização de uma série audiovisual sobre migrantes e refugiados vivendo no Brasil, contando suas histórias de superação e coragem.

Objetivos:

- Aumentar a inclusão, a justiça e a equidade para os migrantes na América Latina através de uma mudança na narrativa sobre migração.
- Mudar a narrativa associada ao negativo e ao medo para uma que reflete os aspectos positivos das histórias de migrantes.

Sujeitos da ação:

Em Curitiba (PR), participaram 16 pessoas migrantes (Haiti, Congo e Venezuela) e, em Brasília (DF), 8 pessoas migrantes (Chile, Venezuela, México, Colômbia e Síria), selecionadas por critérios de gênero, nacionalidade, condição migratória e idade.

Metodologia:

As oficinas permitiram a ampliação da campanha Feitos de Coragem, possibilitando que novos migrantes e refugiados sejam não apenas os protagonistas de suas próprias histórias, mas que estejam aptos a contar as histórias de seus pares, a somar suas vozes com as vozes de pessoas que, assim como eles, empreenderam uma viagem que é, ao mesmo tempo, um processo de migração externa (do corpo) e interna (do sentir).

Foram usadas ferramentas do *storytelling*, da educomunicação e da teoria do cinema, partindo da análise da biografia pessoal como fonte inesgotável de histórias universais. A frase “fale de sua aldeia e estará falando do mundo”, de Leon Tolstói, resume e guia os objetivos do trabalho realizado que nada mais é que a busca e reconhecimento de nossa humanidade compartilhada.

As oficinas ofereceram aos alunos teoria e prática para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à produção audiovisual. Os ministrantes apresentaram trechos de filmes, imagens, pinturas, ilustrações e textos que pudessem exemplificar a teoria e enriquecer o repertório dos participantes.

Resultados:

Foram realizadas duas oficinas *storytelling*, com a participação de 24 pessoas migrantes (Chile, Venezuela, México, Colômbia, Haiti, Congo e Síria), incluindo mulheres, jovens, adolescentes, uma em Curitiba (PR) e outra em Brasília (DF). Cada oficina promoveu encontros em que os participantes acessaram novos conhecimentos, refletiram sobre o que aprenderam e colocaram em prática o conhecimento adquirido, resultando na produção, em Curitiba, de 1 vídeo de *making of*, 1 videoclipe, 3 vídeos-carta, e, em Brasília, de 2 vídeos de histórias de vida e 2 vídeos-carta.

Também foi gerado um grande sentimento de empatia e união entre os participantes, além de um extremo interesse no aprendizado e, consequentemente, na realização coletiva dos vídeos que deveriam ser produzidos. Também foi evidenciada a construção de um ambiente favorável para contar e ouvir histórias pessoais que versavam sobre temas relacionados às dificulda-

des do processo migratório, adaptação à realidade brasileira e as condições que os participantes vivenciaram em seus países de origem.

Desafios:

Um desafio inicial foi fazer a mobilização dos participantes em um prazo tão curto. Essa dificuldade foi superada com as parcerias realizadas em cada uma das cidades, com vistas a ampliar a divulgação.

Em Curitiba, foram realizadas parcerias com:

- Ministério Público do Trabalho (MPT): através da procuradora Dra. Cristiane, doutora no tema das migrações que ajudou na divulgação e contato direto com migrantes e refugiados.
- Organização Internacional para as Migrações (OIM): apoio com a mobilização de migrantes e nos contatos diretos com pessoas que tinham o perfil da atividade a ser realizada. Com esse parceiro, abriu-se a possibilidade do planejamento de uma exibição em conjunto dos vídeos produzidos pela oficina em um festival de filmes sobre migração (OIM Film Festival).
- Pastoral do Imigrante: foi realizada uma conversa como Pe. Gustot (Congregação dos Scalabrinianos). A Pastoral atua basicamente com o público haitiano de Curitiba, sendo que contribuíram com a mobilização da comunidade para as inscrições na oficina.
- Secretaria de Justiça do Paraná (onde está alocada a pasta de Direitos Humanos): apoio com a mobilização de migrantes e no contato direto com pessoas que possuíam o perfil da atividade a ser realizada.
- Cáritas: apoio na mobilização de migrantes e no contato direto com o público-alvo.

Em Brasília, com:

- OIM, Jesuítas Brasil e Cáritas: todas as parcerias foram realizadas com intuito de obter apoio na divulgação e mobilização das inscrições junto ao público-alvo das oficinas.

Comentários e observações:

Em Curitiba, durante a realização das dinâmicas para a construção do vídeo, foi demonstrada pelo grupo grande vontade de utilizar a arte como forma de expressão de suas histórias de vida. Pode-se perceber que a sinergia gerada pela proposta criou um impacto muito positivo no sentimento de autoestima e na forma como os migrantes encaram o seu papel na formação da sociedade brasileira. Com a facilitação de uma refugiada venezuelana, que é cantora, foi realizada a composição coletiva de uma canção que expressasse os sentimentos relacionados ao tema da migração e refúgio e os participantes optaram pela gravação de um videoclipe dessa música.

Todo o processo contou com a participação ativa e criativa de todas as pessoas do grupo, que formaram um coro de vozes, com interpretações solo dos migrantes do Haiti e da República Democrática do Congo, que criaram partes da letra da música em suas línguas maternas: lingala, francês e creóle. Dessa maneira, a gravação da música foi realizada na parte da manhã do dia 7 de setembro de 2019 e, na parte da tarde, o grupo foi dividido para a captação de imagens em diferentes locais da cidade, conforme decisão coletiva. No final do dia, os participantes voltaram a se encontrar para gravar as cenas finais do videoclipe.

Em Brasília, a oficina teve um público mais heterogêneo se comparado ao da oficina paranaense. Essa diversidade pode ser observada tanto pela faixa etária dos participantes (desde jovens de 20 anos até uma senhora de 76 anos) e na classe social (pessoas em situação de rua e participantes com uma boa condição social). Essa diferença, no entanto, desapareceu quando o grupo começou a compartilhar suas histórias de vida, suas dificuldades migratórias e os desafios de adaptação à realidade brasileira.

Foram listados os temas que mais interessaram aos participantes: o trabalho de arpillera da participante chilena Inês, o coral em que participam os venezuelanos Yoset e Vansi, o tema do trabalho manual/artesanal comum na vida de alguns participantes e as histórias de deslocamento em bicicleta apresentadas pelo colombiano Ricardo e pelo venezuelano Vansi.

Todas as ideias foram analisadas pelo grupo, que realizou em conjunto uma lista de possíveis entrevistas, imagens e abordagens temáticas de cada uma. Optou-se por dividir o grupo e realizar dois documentários distintos:

- Um com a história da chilena Inés e seu trabalho de arpillera, bordado em juta, típico de seu país de origem e que tem como objetivo de reunir e ensinar a arte do bordado às mulheres brasileiras e sensibilizar a comunidade para questões sociais e políticas;
- Outro com as histórias de deslocamento em bicicleta do venezuelano Vansi e do colombiano Ricardo, que vieram pedalando da fronteira até Brasília.

Para a realização dos dois documentários, os grupos realizaram entrevistas e captaram imagens em diversos pontos da cidade de Brasília. Durante as gravações, os participantes puderam operar os equipamentos, escolher os quadros e os movimentos de câmera, realizar as entrevistas e aprofundar os temas que surgiram durante os encontros teóricos.

Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)

www.migrante.org.br

Irmã Rosita Milesi, mscs, diretora

Ludmylla Almeida de Souza Souto, coordenadora do projeto

Hugo Gallo e esposa, voluntários

Localidade:

Brasília (DF)

Título:

Bebês a Caminho

O projeto iniciou em 2018 e vem se incrementando na medida em que se amplia a prática e que recebe novos colaboradores. Pretende ser continuado.

Objetivos:

- Acolher, orientar e integrar solicitantes de refúgio, refugiadas e migrantes gestantes que são atendidas no Instituto, procurando assegurar que conheçam e busquem os recursos das políticas públicas de apoio e assistência como o Sistema Único de Saúde (SUS) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).
- Prestar um acompanhamento, ainda que à distância, para garantir que as gestantes realizem o pré-natal e recebam as orientações específicas para uma adequada assistência à saúde.
- Fornecer às gestantes alguns medicamentos, quando não disponíveis na rede pública, e eventualmente propiciar apoio financeiro, bem como um enxoval básico, de modo a aliviar suas preocupações com o bebê que está a caminho e também identificar a real situação e condições em que o bebê será acolhido.

Sujeitos da ação:

As principais beneficiárias do projeto “Bebês a Caminho” são todas as mulheres gestantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e migrantes que são atendi-

das no Instituto. Até outubro de 2019, foram atendidas 25 mães, sendo que algumas receberam orientação e acompanhamento ao longo de quase toda a gestação e outras em período mais curto por terem chegado já em fase mais próxima ao nascimento do (a) bebê. A maioria recebeu apoio material, especialmente roupas ou itens de enxoval para o (a) bebê.

Metodologia:

- Adota-se uma planilha de registro e acompanhamento com os nomes e dados pessoais, nomes de familiares e também os contatos de todas as gestantes atendidas no IMDH. Além disso, registram-se os meses de gestação e outras informações eventualmente disponibilizados pela futura mamãe.
- Em um segundo momento, contando com a colaboração de voluntários, estabelece-se contato telefônico ou realiza-se uma visita com o intuito de manter atualizados os dados, bem como prestar algum apoio, mas também com o objetivo de certificar-se de que está recebendo os cuidados de acompanhamento médico que o serviço público oferece.
- Em data previamente marcada, realiza-se um encontro, no qual as gestantes recebem instruções e orientações de profissionais da área, entrega-se um enxoval e conclui-se com uma confraternização. Após o nascimento do bebê, busca-se continuar a comunicação com o fim de identificar situações que demandem novas necessidades, inclusive sobre documentação e direitos.

Resultados:

- Colaboradores voluntários engajados na atenção às migrantes e refugiadas gestantes.
- Identificação de necessidades e de orientações necessárias, sobretudo porque às vezes as próprias migrantes não conhecem os direitos que têm ou, por outro lado, nem sempre os órgãos públicos de atendimento a esta população têm conhecimento sobre as obrigações do Estado em relação a elas, inclusive no que tange à documentação.

- Realização de um encontro que tem como objetivo reunir as gestantes, agregar voluntários colaboradores e avançar neste projeto, pois se percebe que há grandes dificuldades por parte das migrantes e refugiadas gestantes no sentido de prover o básico necessário para atender ao bebê, principalmente quando se trata de pessoas chegadas recentemente ao Brasil.
- Alegria e entusiasmo da própria equipe do IMDH em atender de modo específico e com particular atenção as gestantes que vivem momentos de alegria, mas também de angústia ou ansiedade, inclusive por estarem, muitas vezes, longe da família e em um país que ainda lhes é estranho.

Desafios:

- Uma dificuldade que ocorre é a própria localização destas migrantes quando da realização de visitas domiciliares, pois frequentemente residem em locais provisórios, deslocando-se de um endereço a outro em busca de onde possam se estabelecer. Isto importa em visitas sem sucesso ou mesmo em prejuízo do fornecimento do apoio que se está oferecendo.
- Por ser um projeto apoiado em grande parte por voluntários, nem sempre há recursos humanos suficientes para um bom e continuado atendimento. A perspectiva é consolidar a prática e motivar um maior número de apoiadores e de pessoas que possam fazer visitas domiciliares.
- Também é um desafio motivar as gestantes a participarem do projeto, principalmente quando se trata de encontros presenciais. Elas apresentam dificuldades até mesmo em buscar devidamente todos os recursos que as políticas públicas devem oferecer. Por outro lado, a burocracia e as dificuldades dos serviços públicos para a efetiva inclusão das migrantes e refugiadas e para a liberação dos benefícios a quem têm direito geram consequências para as mães.

Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)

www.migrante.org.br

Paula Coury Andrade

Kamilla Jungo

Luyandria Santos Maia

Beatriz Level

Localidade:

Boa Vista (RR)

Título:

Diagnóstico Participativo com pessoas migrantes e refugiadas

O IMDH realiza o Diagnóstico Participativo (DP) desde 2012, em parceria com a ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. O DP consiste em um ou dois encontros anuais. As informações coletadas durante as atividades presenciais informam o planejamento e implementação dos projetos do IMDH ao longo de todo ano.

Objetivos:

- Mapear, a partir da perspectiva das pessoas refugiadas e migrantes, os riscos a que estão expostas e outros desafios que enfrentam para se integrar no Brasil, bem como suas capacidades e estratégias comunitárias para lidar com estes desafios, tendo em consideração diferenças relacionadas a gênero, idade e diversidade.
- Reunir e divulgar insumos que possam contribuir para o fortalecimento das redes de apoio à população refugiada e migrante e influenciar o desenvolvimento de medidas protetivas eficazes e duradouras.

- Motivar as (os) participantes a assumirem o protagonismo em ações que afetam suas vidas e que, de modo mais amplo, contribuam para a causa das migrações e do refúgio.

Sujeitos da ação:

Participam do DP solicitantes de refúgio, refugiadas (os) e migrantes atendidos pelo IMDH. As discussões ocorrem em grupos focais, com 5 a 10 participantes em cada grupo, seguindo critérios como gênero, idade e diversidade (a título de exemplo, pode-se dividir os grupos entre homens e mulheres; crianças, adolescentes, adultos e idosos; população LGBTI; pessoas com necessidades especiais etc.). O número de grupos é definido de acordo com as capacidades e objetivos específicos de cada edição. Os participantes atuam como porta-vozes de sua comunidade, de forma mais ampla.

Metodologia:

- A organização do DP tem início com encontros preparatórios entre as (os) facilitadoras (es) (equipe do IMDH e do ACNUR) para determinar o tema, os objetivos específicos da atividade, o perfil das (os) participantes a serem convidadas (os), a metodologia e as questões-guia para estruturar as atividades em grupo. Define-se uma data para o encontro presencial, elabora-se uma lista de pessoas e estas recebem convites individuais por telefone e/ou e-mail. Além dos refugiados e migrantes, são convidados também representantes de órgãos públicos – Ministério da Justiça (MJ), Defensoria Pública da União (DPU), Conare e outros parceiros, segundo o tema.
- Os participantes são divididos em grupos focais. Os temas propostos são apresentados por escrito em cartões, para que o grupo possa escolher coletivamente o que julga prioritário discutir. Temas possíveis são: Documentação; Moradia; Idioma e Educação; Reunião Familiar; Saúde; Trabalho e Geração de Renda; Discriminação. Para cada tema selecionado, os participantes são convidados a levantar: Boas Práticas/ Aspectos Positivos; Lacunas/ Dificuldades; Capacidades/ Propostas.

- Às (aos) mediadoras (es) cabe a função de guiar as interações e aquecer o debate, mas são as pessoas refugiadas e migrantes que, em um processo dialógico, elaboram as sínteses que avaliam mais pertinentes para descrever e refletir coletivamente sobre suas experiências migratórias. Sugere-se registrar visualmente (por exemplo, em papel pardo ou *flip-chart*), para todas (os) as (os) presentes, as sínteses coletivas das ideias debatidas.
- Ao final do debate, pode-se proporcionar também um momento em que todos os participantes se reúnem para expor aos demais o que foi discutido e priorizado na dinâmica focal.
- Com as informações levantadas na atividade, produz-se um relatório que orientará o planejamento e implementação dos projetos do IMDH ao longo de todo ano. Busca-se dar ampla divulgação deste material, para que também outros atores tenham acesso e possam considerar as perspectivas da população refugiada e migrante em suas ações.

Resultados:

- As informações coletadas no DP informam o planejamento e implementação dos projetos do IMDH ao longo de todo o ano e influenciam os esforços de incidência política e sensibilização social. Somam-se, assim, ao diagnóstico realizado pela própria equipe do Instituto a partir dos atendimentos cotidianos, análises de conjuntura e avaliações sobre questões mais estruturais, orientando a atuação do IMDH junto à população de refugiados e migrantes e em seu favor.
- Ademais, a metodologia de grupos focais tem a vantagem de proporcionar a interação entre os participantes, possibilitando de imediato a formação e/ou fortalecimento de vínculos pessoais e/ou de equipes que já criam laços para ações conjuntas e apoios recíprocos. A divisão dos grupos seguindo critérios de gênero, idade e/ou diversidade é muito importante para os resultados. Nos DPs realizados no IMDH, os participantes são geralmente divididos entre mulheres e homens e isso permite dar voz

igualmente a ambos os grupos, bem como captar diferenças baseadas em gênero de suas respectivas experiências migratórias, contribuindo, assim, para a promoção da igualdade de gênero.

- No caso das mulheres, observa-se que o espaço que o DP tem proporcionado ao longo das várias edições anuais tem sido fundamental para intensificar a mobilização entre as participantes e a conscientização sobre seus direitos. Tem contribuído também para o desenvolvimento de projetos e ações que atendam melhor às suas necessidades específicas, como o “Bebês a Caminho” e o apoio a projetos autônomos de geração de renda.

As avaliações das (os) participantes em cada edição corroboram essas percepções, conforme demonstram as falas a seguir, de pessoas que participaram do DP em 2019:

“É a primeira vez que participo dessa atividade e me sinto bem por poder escutar o testemunho das outras, pois passamos pelas mesmas dificuldades. Quando compartilhamos nossas experiências, fica mais fácil seguir adiante. Gostaria que acontecesse com mais frequência”.

“O Diagnóstico Participativo é muito importante, pois o IMDH e o ACNUR são uma ligação entre as instituições de governo e as carências que nós temos. Agradeço muito por nos ouvirem e nos considerarem”.

Desafios:

- Um desafio que surge é quando não há entrosamento inicial entre os membros de um grupo focal, por diversas razões, como o fato das pessoas não se conhecerem previamente, virem de diferentes contextos culturais e/ou enfrentarem dificuldades de comunicação em razão do idioma. Isso pode gerar estranhamento e falta de conexão entre os participantes, impactando nos resultados que podem ser obtidos com o DP. Diante deste desafio, percebeu-se que a inserção de metodologias e dinâmicas de trabalho em grupo mais estruturadas, inclusive com atividades lúdicas

para “quebrar o gelo”, podem contribuir para estimular maior integração entre os participantes e criar um ambiente seguro e propício à manifestação de todos, potencializando, assim, os resultados da atividade.

- Outro desafio observado é o fato de que os participantes tendem a sugerir iniciativas ou medidas para que as instituições – sociais ou agências – as liderem ou desenvolvam, mais do que propostas para fortalecer sua própria atuação e liderança em ações que promovam conquistas em favor da causa e das pessoas em mobilidade. Para superar esse desafio, os facilitadores buscam promover mais o protagonismo dos participantes, colocando questões que os provoquem a refletir sobre suas próprias capacidades comunitárias de agir frente aos desafios, quando tais reflexões não surgem de maneira espontânea. Uma estratégia muito útil é chamar a atenção dos participantes para sua própria força e resiliência, lembrando-os de todos os desafios que já superaram em seu processo migratório para chegar aonde estão. Por vezes, estimulá-los a ter esse olhar mais positivo é necessário, pois em momentos de grande dificuldade, pode-se perder de vista tal perspectiva.

Comentários e observações:

É importante ressaltar que a realização do Diagnóstico Participativo é uma diretriz global do ACNUR e que, portanto, outras instituições parceiras da agência também implementam esta atividade.

Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)

www.migrante.org.br

Kamilla Jungo

Ir. Rosita Milesi, mscs

Localidade:

Brasília (DF)

Título:

Empreendedorismo – Apoio a atividades de Geração Autônoma de Renda

Trata-se de uma ação sistemática do IMDH, desenvolvida com recursos de instituições apoiadoras, entre as quais Fundação Avina e Porticus. A atividade, iniciada em 2017, consiste em identificar entre as pessoas atendidas aquelas que têm interesse e capacidade para empreender e apoiá-las metodológica e financeiramente na viabilização de pequenos projetos de geração autônoma de renda.

Objetivos:

- Identificar migrantes e refugiados(as) com potencial empreendedor, valorizar esta capacidade e estimulá-los a avançar na busca por autossuficiência por meio de atividades autônomas.
- Oferecer apoio financeiro e divulgar informações essenciais ao planejamento e elaboração de projetos para que os (as) migrantes e refugiados(as) com potencial de empreendedorismo possam dispor de informações, materiais ou equipamentos para iniciar seu projeto de geração autônoma de renda.
- Promover a inclusão econômica e produtiva da população migrante e refugiada por meio da organização e viabilização de negócios autônomos, possibilitando uma alternativa ao emprego assalariado, face ao crescente aumento das taxas de desemprego no Brasil, dando especial atenção às mulheres que chegam ao

País em situação de vulnerabilidade, com vistas a promover seu empoderamento econômico.

Sujeitos da ação:

Os (as) principais beneficiários(as) do projeto são migrantes e refugiados(as) com potencial de empreendedorismo, que têm interesse em iniciar seu próprio negócio, mas não dispõem de capital para tanto.

Metodologia:

Nas entrevistas com os migrantes e refugiados, quando de sua vinda ao IMDH, além de identificar suas necessidades emergenciais e de documentação, busca-se perceber também suas expectativas e solicitações em geral relacionadas à busca por autossuficiência. Neste contexto, a questão laboral sempre emerge como algo de central importância, sendo comum a migrantes e refugiados buscarem o Instituto solicitando oportunidades de trabalho e/ou emprego. Baseado nisso, a equipe do IMDH busca identificar seus planos e capacidades de empreender ou de desenvolver atividades que possam gerar renda para o próprio sustento e de sua família. Percebendo indícios significativos sobre o interesse e a capacidade da pessoa para atividades autônomas de geração de renda, o IMDH orienta sobre a possibilidade de apoio financeiro para um projeto desta natureza, informa os trâmites e orienta sobre a elaboração da proposta de projeto.

Para destinar os recursos financeiros aos projetos de geração de renda dos migrantes e refugiados atendidos pela instituição, a equipe do IMDH cumpre cinco passos assim organizados:

1. Identifica, por meio do atendimento e orientação para trabalho, as potencialidades dos indivíduos em iniciar o próprio negócio.
2. Fornece informações sobre a possibilidade de que migrantes e refugiados se registrem como MEI – Microempreendedor Individual.
3. Solicita o preenchimento do formulário que demonstre como os recursos serão alocados com as seguintes informações: dados pessoais, composição familiar, descrição das atividades a serem desenvolvidas e experiências anteriores

com o produto, público-alvo, recurso necessário, bem como três orçamentos para aquisição dos materiais ou equipamentos de que necessita.

4. Seleciona, por meio do Setor Laboral e com a direção do IMDH, os (as) beneficiários(as) com perfil que tenham maior potencial para desenvolver e implementar o projeto de geração de renda.

5. Realiza, por meio do Setor Administrativo Financeiro, a compra dos equipamentos e materiais necessários.

Essa destinação de recursos financeiros inicial pretende facilitar a criação de um pequeno negócio individual que permita ao (à) beneficiado (a) iniciar suas atividades econômicas.

Por fim, nos meses subsequentes à aprovação do projeto, busca-se acompanhar seu desenvolvimento, bem como apoiar na divulgação de seus produtos e participação em feiras e eventos onde podem comercializá-los.

Resultados:

Somente neste ano de 2019, o IMDH atendeu 179 pessoas que buscavam apoio para iniciar projetos autônomos de geração de renda, totalizando 281 atendimentos, incluindo orientações gerais, encaminhamento para o Sebrae, participação em cursos de capacitação profissional e concessão de recursos para iniciativas dessa natureza. Deste total, 23 projetos de iniciativas de geração de renda foram contemplados com apoio financeiro, possibilitando assim, o início de suas atividades.

O projeto estimula e promove a atividade econômica e social do público migrante e refugiado que busca desenvolver seu próprio negócio. Ademais, projetos de empreendedorismo favorecem, especialmente, o empoderamento de mulheres migrantes e refugiadas, que estão em situação de maior vulnerabilidade. Viabilizar pequenos negócios de mulheres é uma forma de garantir autonomia e dignidade para mães, favorecendo especialmente aquelas profissionais que necessitam de maior flexibilidade e independência em seu ambiente de trabalho. As mulheres representam 68% das pessoas que receberam o apoio financeiro para projetos de geração de renda.

As ações realizadas pelo IMDH visam a inclusão socioeconômica da população migrante e refugiada e, acima de tudo, garantir que consigam desenvolver todas suas potencialidades, particularmente as mulheres migrantes em situação de vulnerabilidade.

Desafios:

Um dos principais desafios do projeto é a criação de ferramentas de monitoramento. Dessa forma, a comunicação contínua com as pessoas beneficiadas tem sido uma estratégia de acompanhamento dos projetos contemplados. A estratégia de constante diálogo representa o compromisso do Instituto na inserção social e econômica da população imigrante e refugiada de maneira digna e bem-sucedida.

Outro desafio a ser mencionado é garantir que os projetos de geração de renda obtenham sustentabilidade para prosseguir funcionando e gerando aumento significativo na renda dos(as) beneficiários(as). Diante desse cenário, mais uma vez a comunicação contínua é essencial para avaliar os resultados dos projetos apoiados pelos recursos financeiros do IMDH, a fim de identificar boas práticas de sustentabilidade.

Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)

www.migrante.org.br

Ana Cristina Balestro

Localidade:

Brasília (DF)

Título:

XV Encontro da RedeMir

Trata-se de uma atividade que teve duração de três dias, mas que integra uma prática que ocorre há 15 anos, qual seja a realização do Encontro da RedeMiR. O XV Encontro Nacional da Rede Solidária para Migrantes e Refugiados (RedeMiR) aconteceu entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro de 2019, em Brasília (DF). O evento teve como tema “Migrantes e Refugiados: da Acolhida à Integração” e marcou os 20 anos de existência do IMDH e os 15 anos da RedeMiR.

Objetivos:

- Favorecer a troca de experiências sobre o acolhimento de refugiados.
- Possibilitar a integração entre os presentes, uma vez que eram pessoas de diferentes instituições e procedentes de todas as regiões do País.
- Pensamento em grupo sobre possíveis ações de melhoria para recepção, acolhimento e integração de migrantes em situação de vulnerabilidade.

Sujeitos da ação:

Participaram do encontro 74 pessoas, representantes de 47 instituições da sociedade civil que atuam junto a migrantes em todo o Brasil, assim como representantes de órgãos do governo e entidades públicas de defesa de direitos.

Metodologia:

- Foram desenvolvidas diferentes dinâmicas voltadas a alcançar os objetivos do evento.
- Ao longo do evento, os participantes foram se conhecendo melhor, se aproximando e o intercâmbio foi ficando mais rico e mais intenso.
- Muitas dinâmicas foram marcantes durante o evento. Em algumas atividades, os grupos foram se alternando conforme alguns temas de interesse sobre os quais deveriam debater.
- O Brasil é um país muito grande e diverso, e o encontro proporcionou a oportunidade de conhecer melhor o trabalho de pessoas atuando em outras localidades do País, com realidades muito diferentes e com a partilha de criativas soluções.

Resultados:

- Os resultados do Encontro são amplos, sobretudo considerando que esta atividade ocorre há 15 anos, sempre com novos avanços e participações:
- Expressivo número de instituições que participam e que se tornam difusoras de práticas e saberes partilhados no encontro.
- Os e as participantes expressam bom aproveitamento e revelam, nas comunicações e partilhas, estarem levando para suas instituições novas ideias e novo ânimo pela causa das migrações e do refúgio.
- A participação, mesmo que só em momentos específicos, de órgãos de governo e de defesa de direitos criou uma aproximação entre estes e os representantes das instituições, facilitando, assim, a posterior continuidade dos trabalhos de maneira mais integrada e articulada.
- Para pessoas voluntárias, como eu, considero a participação numa atividade como esta de grande valor, pois me abre horizontes e me anima a contribuir nesta causa das migrações e do refúgio; compartilhar com outros que vivem situações diferentes, mas

que estão na mesma causa, têm os mesmos desejos, frustrações, que comemoram as mesmas lutas e resultados e que sofrem com aflições, essa troca é um acerto. É uma grande motivação.

Desafios:

- Para mim, como participante, um desafio foi conseguir conhecer o máximo de pessoas no evento, pois era uma oportunidade muito especial. As dinâmicas favoreceram esta aproximação.
- Um desafio é também conseguir recursos que possibilitem a continuidade destes encontros, reunindo muitas instituições do País, procedentes das mais variadas regiões e Estados.
- É considerado um desafio também articular instituições nas regiões que tradicionalmente não contavam com grande número de migrantes, como ocorre nos Estados da Região Nordeste.
- Apoiar e favorecer o funcionamento bem estruturado nas regiões de fronteira, pois é ali que precisa garantir que as pessoas recebam o primeiro atendimento e, sobretudo, que não sejam devolvidas em caso de que corram riscos de vida no país de procedência.

Comentários e observações:

Trabalhar com acolhimento de pessoas é um trabalho único, que provoca diversas reflexões sobre a sociedade e a realidade atual, bem como sobre a natureza humana. Os e as participantes no Encontro eram pessoas fortes, com vivências ao mesmo tempo lindas, difíceis, tristes, de superação e de esperança.

Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)

www.migrante.org.br

Kamilla Jungo

Ir. Rosita Milesi, mscs

Layanne C. Nascimento

Localidade:

Distrito Federal (DF)

Título:

Migrantes e Refugiados no Programa Jovem Aprendiz

Trata-se de uma iniciativa implementada como projeto piloto no Distrito Federal, em 2018, realizada pelo IMDH e pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), com apoio do ACNUR, e se constituiu em uma ação continuada, tanto no DF quanto em outras regiões do País, aonde a prática já vem sendo realizada.

Objetivos:

Promover a inclusão de migrantes e refugiados(as) com idades entre 14 e 24 anos no Programa Jovem Aprendiz e fortalecer sua condição de cidadão por meio do trabalho.

Propiciar uma formação integrada a fim de favorecer a inclusão social e laboral de jovens imigrantes e refugiados(as) no Brasil, contribuindo de forma mais ampla para a integração e renda familiar.

Contribuir para a diminuição da evasão escolar visto que o programa é desenvolvido de forma simultânea à continuidade dos estudos dos(as) beneficiados(as).

Sujeitos da ação

O público-alvo do projeto é composto por jovens migrantes e refugiados, com idades entre 14 e 24 anos, desde que matriculados em instituições de ensino de nível médio, superior ou técnico.

Metodologia:

Durante os atendimentos habituais à população migrante e refugiada, o IMDH identifica os(as) potenciais interessados(as) em participar do programa e divulga as oportunidades voltadas à profissionalização e inserção social que o programa oferece.

Em cada semestre, é realizada uma edição que consiste em cinco oficinas, em datas previamente agendadas com a equipe técnica do CIEE, abordando os seguintes temas:

- Identidade.
- Comunicação.
- Liderança e Trabalho em equipe.
- Currículo, Entrevista e Dinâmica de Grupo.
- Postura Profissional, Imagem Pessoal.

Em todas as oficinas estão presentes representantes do CIEE e do IMDH, cada qual com suas atribuições: ao CIEE cabe a capacitação técnica e, ao IMDH, a concessão de auxílio transporte e lanche nos dias do curso, bem como o acompanhamento aos jovens, oferecendo orientações de que necessitem.

Após cada edição, é feita uma avaliação conjunta, assim como a elaboração de um relatório e produção de matérias em sites e redes sociais. Tendo em vista que o CIEE está presente em âmbito nacional, a divulgação das matérias tem como objetivo despertar o interesse em outros jovens, bem como motivar outras localidades a replicarem a prática.

Resultados:

Nas três últimas edições realizadas em Brasília, 39 jovens de diversos países participaram das oficinas que propõem fortalecer suas competências e habilidades para o trabalho.

Nos depoimentos de jovens que já participaram das oficinas, é marcante como essa experiência pode contribuir para sua inserção no mercado de trabalho:

“Quando cheguei, fui bem recebido pelos brasileiros, mas tive muita dificuldade de aprender português. Depois me acostumei com a língua e agora, com este certificado das oficinas, a chance de trabalhar e depois de terminar o Ensino Médio aqui, vou entrar para a faculdade. Quero fazer arquitetura ou pedagogia, para ser professor de matemática”, relata Sebastien Hyppolite, jovem de 18 anos, que veio do Haiti e chegou ao Brasil há quatro anos.

“Foi muito bom receber o diploma, me sinto muito feliz. Aprendi muitas coisas que eu não aprendi na escola. O certificado é importante para entrar no mercado de trabalho. Eu quero ficar no Brasil e ter um futuro aqui”, diz Valentin, também do Haiti.

Ademais da realização pessoal dos jovens, o fato de receberem uma remuneração, mesmo que proporcional à sua condição de aprendiz contribui para o sustento da família. Soma-se aos aspectos positivos também a manifestação dos pais, conforme caso específico relatado a respeito de um jovem que demonstrava sinais de depressão, preocupando-os profundamente. A participação do jovem no programa Jovem Aprendiz contribuiu para fortalecer sua autoestima e para a superação das dificuldades pelas quais vinha passando.

Desafios:

O maior desafio do projeto é a inserção permanente do (a) jovem no mercado laboral. Para tanto, a difusão nas empresas sobre a capacitação e o período de trabalho já vivenciado como Jovem Aprendiz favorecem as possibilidades de contratação permanente. Igualmente, é importante ressaltar que a capacitação deve vir acompanhada de métodos de articulação com empresas e de sua sensibilização em favor da população migrante e refugiada.

Outro desafio é a questão do idioma, por tratar-se de elemento fundamental para uma efetiva inserção laboral e social dos migrantes e refugiados. Assim, propiciar aos jovens cursos de aprendizagem do português é uma importante tarefa para seu desenvolvimento integral.

Destaca-se, por fim, o desafio de motivar os jovens a vencerem os obstáculos que a migração e a realidade de um novo país representam. Estimular seu potencial e oferecer condições materiais (auxílio transporte, lanche) para que possam participar das oficinas são elementos essenciais para um efetivo proveito de todos.

Comentários e observações:

O programa tem como missão possibilitar a inserção social e formação pessoal de jovens migrantes e refugiados(as) por meio do trabalho, tendo como essência o bem-estar dos(as) jovens e de suas famílias. Nesse sentido, para que o programa continue avançando é de grande importância que as empresas ofereçam vagas de emprego de aprendizes para este perfil de jovens. O compromisso das empresas diminui a evasão escolar e colabora com o aprendizado do(a) jovem e formação de novos talentos.

Ademais, o aumento da diversidade cultural no ambiente de trabalho favorece o aprendizado, trocas de experiências e enriquecimento do quadro de profissionais.

Irmãs de São José de Chamberry

www.isjbrasil.com.br

Ir. Ana Maria da Silva

Ir. Maria Simone Xavier

Armando Campos

Localidade:

Pacaraima (RR)

Título:

Fábrica de blocos de cimento

É um projeto continuado que teve início em 2019, com abertura de empresa, legalmente constituída, atendendo a todas as exigências da legislação brasileira.

Objetivos:

- Oferecer às famílias dos sócios a possibilidade de recomeçar a vida em condições de trabalho regular e com perspectivas de crescer e se sustentar com dignidade.
- Abrir vagas de trabalho.
- Propiciar uma produção de materiais ainda inexistentes na cidade.

Sujeitos da ação:

Quatro profissionais na área da construção, engenheiro, pedreiros e pessoas que tinham experiência prévia na fabricação de blocos de cimento.

Metodologia:

A iniciativa é a fabricação de tijolos por encomenda, produto que foi validado pelo teste de qualidade feito pelo Exército. O projeto se encontra em fase de conquistar mercado aos poucos, apresentando o trabalho da fábrica em comunidades e instituições locais bem como em outras cidades do Estado.

Resultados:

- Por ser um projeto ainda recente, a produção e as vendas estão acontecendo aos poucos, mas está sendo feita divulgação e distribuição de amostras nas lojas de material de construção.
- Há sinais positivos, como, por exemplo, uma loja de material de construção que já se manifestou interessada em vender o produto e que já tem procura por blocos de cimento.
- As pessoas que compõem o grupo estão animadas.
- Foi iniciado o estabelecimento de parcerias com outras organizações para ajuda na divulgação.
- A fábrica está legalmente constituída e tem a vantagem de poder dar empregos com carteira assinada, segundo a legislação brasileira.
- É a única fábrica de blocos de cimento aqui na cidade. Já conta com algumas encomendas e convênios com instituições.

Desafios:

O primeiro desafio enfrentado foi a burocracia para a abertura da empresa, para o qual se buscou orientação de advogados e do escritório de contabilidade para realizar os procedimentos necessários.

Outro grande desafio é conseguir capital para investir na compra de material para a produção dos blocos, pois a produção foi iniciada com algo muito limitado, ou seja, 60 sacos de cimento e areia.

Sem dúvida, o maior desafio é conseguir alcançar o mercado de maneira estável.

Comentários:

É uma iniciativa, embora ainda em fase inicial, muito animadora. Une várias famílias, soma esforços e colaboração de profissionais e pessoas migrantes e solicitantes de refúgio muito motivadas e a desenvolver algo que venha em benefício de um grupo, com um trabalho colaborativo e cooperativo. Ademais, sinaliza muito boas perspectivas, pois é a produção de algo que não existe aqui na região e com demanda significativa.

Pastoral das Migrações da Arquidiocese de Passo Fundo

Norma Kleinubing, mscs, coordenadora

Pastoral das Migrações e do programa “Integrando Culturas”.

Localidade:

Passo Fundo (RS)

Título:

Integrando Culturas

O programa iniciou há três anos e a previsão é de ter continuidade em 2020 e anos seguintes, dependendo da realidade migratória local. Portanto, não há perspectivas de encerramento.

Objetivos:

- Oportunizar o estudo da língua portuguesa e da realidade brasileira para a população migrante, a fim de aperfeiçoar a comunicação, fortalecer as possibilidades de acesso aos recursos, bens e serviços, e potencializar sua contribuição sociocultural na comunidade de acolhida.
- Impulsionar a integração solidária dos migrantes e autóctones, para fomentar a convivência intercultural alicerçada na solidariedade, na dignidade, na justiça e nos Direitos Humanos.

Sujeitos da ação:

Os beneficiários são todos os migrantes de Passo Fundo que queiram participar, independentemente de idade, nacionalidade, língua, credo ou etnia. Durante 2019, participaram 43 migrantes de 11 nacionalidades de três continentes:

- África: Senegal, Gana, República Centro-africana, Togo, Gâmbia e Marrocos.
- América: Colômbia, Venezuela, Cuba e Haiti.
- Ásia: Bangladesh.

Metodologia:

São oferecidas duas modalidades de aula:

- Em grupos: duas turmas segundo o nível dos interessados, que acontecem em salas junto à Catedral aos sábados de manhã (das 9h30 às 11 horas).
- Personalizadas ou até três alunos: aulas de uma hora e meia, no Centro de Pastoral, oferecidas durante a semana, em horários a serem combinados entre professor e aluno(s) e comunicados à coordenadora da pastoral.

Além dos conteúdos próprios do idioma, as aulas incluem História do Brasil e do Rio Grande do Sul, festas, lendas, tradições e costumes regionais. Partindo dos objetivos que visam a integração, os(as) professores(as) são preparados(as) para a acolhida, a escuta, o diálogo e a partilha, o que vai além do ensinar e aprender uma língua, reforçando laços de confiança e amizade.

O Curso está organizado em três níveis, aos quais se dá maior ênfase a: Vocabulário, compreensão e conversação; Compreensão, conversação e redação; Conversação, interpretação e redação. No decorrer do trabalho, se percebeu que os alunos apreciam textos com mensagens de vida. Consequentemente, passou-se a trabalhar os conteúdos gramaticais a partir destes textos, ao mesmo tempo em que se pratica a leitura, pronúncia e compreensão.

Quando o aluno faz sua inscrição, recebe uma pasta com o material básico necessário ao estudo, incluindo a cartilha multilíngue do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH).

Como suporte aos professores (as), são usados dois livros: “Pode entrar”, português do Brasil para refugiadas e refugiados; e “Português para estrangeiros”, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

O programa conta com uma equipe de 10 professores (as) voluntários(as) e o apoio dos três principais colégios católicos da cidade, que são: Colégio Bom Conselho, das Irmãs Salvatorianas; Colégio Nossa Senhora da Conceição, dos Irmãos Maristas; Colégio Menino Jesus, das Irmãs de Notre Dame.

Resultados:

- Melhora na fala, fortalecimento da autoestima, confiança e espontaneidade dos alunos.
- É instrumento de divulgação e conhecimento da Pastoral das Migrações e os (as) professores (as) se apresentam espontaneamente.
- É um veículo de aproximação e apreciação positiva dos migrantes com a pastoral global, com os outros programas e o Centro de Pastoral.
- Fortalecimento da visão positiva das outras religiões para com a Igreja Católica.

Desafios:

- O maior desafio enfrentado foi o curso ser paralisado pela falta de alunos em um determinado momento. Convocou-se uma reunião com os (as) professores (as) para identificar as possíveis causas da desistência. Feito isto e constatando a importância e as possibilidades do curso, se optou pela seguinte estratégia de superação: fazer uma pausa e retomar com a introdução do elemento novo de oferecer também aulas personalizadas durante a semana. O resultado foi ótimo e o curso não só se manteve, mas se fortaleceu em número e reconhecimento positivo por parte dos alunos e das comunidades eclesial e civil.
- Professores que confundiam alfabetização com o ensino e aprendizagem de uma nova língua. Isto foi superado com diálogo, reflexão e exercício.
- O desnível dos(as) alunos(as) e suas diferentes línguas de origem. Isto continua existindo. Como não há condições de se atender completamente as necessidades individuais de cada aluno(a) e os (as) professores(as) não são multilíngues, é necessário um grande esforço inicial. Quando os (as) alunos(as) já têm certa compreensão, o diálogo flui melhor.

Comentários e observações:

Alunos(as) e professores(as) manifestam um bom nível de satisfação com as aulas.

Pastoral do Migrante

<http://arquidiocesedeportovelho.org.br>

Ir. Darcilla Antonioli, mscs

Localidade:

Porto Velho (RO)

Título:

A atenção aos migrantes recém-chegados em Rondônia

É uma ação permanente desenvolvida junto com a Cáritas Regional e Cáritas Arquidiocesana tendo em conta a afinidade com a causa. Os migrantes venezuelanos percorrem um grande trajeto, entrando por Pacaraima (RR), Boa Vista (RR) e Manaus (AM) e, finalmente, chegam em Rondônia muito fragilizados, sempre na esperança de uma vida melhor. A maioria busca outras regiões do País ou outros países latinos.

Objetivos:

- Acolher e propiciar algumas condições de assistência emergencial pelo período de trânsito em Rondônia ou mesmo para os que desejam permanecer.
- Articular organizações e formas de conseguir recursos materiais para esta assistência.

Sujeitos da ação:

Migrantes e refugiados, média de 10 a 12 pessoas por dia, sendo a maioria crianças, mulheres e casais jovens, venezuelanos.

Metodologia:

A Pastoral do Migrante, que ainda conta com uma estrutura muito limitada e não dispõe de recursos próprios, se articula diretamente com a Cáritas Regional e com a Cáritas Arquidiocesana para obter insumos básicos a serem distribuídos às famílias ou nas casas onde os migrantes se abrigam. Ao mesmo tempo, a Pastoral vai construindo parcerias para sensibilização da sociedade,

enfrentamento à discriminação e xenofobia, e também motivando para este apoio socioassistencial necessário à acolhida dos migrantes e refugiados.

Resultados:

- A sensibilidade da sociedade, da Igreja Católica e suas pastorais sociais, a grande solidariedade de alguns setores sociais, organização das entidades afins, movimentos sociais, alguns órgãos públicos.
- A instalação da Casa de Direitos organizada pela Cáritas Regional, onde também se faz a acolhida e o cadastramento desses migrantes juntamente com a Pastoral do Migrante.
- Aumento no voluntariado, em geral da Igreja Católica, além de parcerias com movimentos sociais, órgãos do governo e pastorais sociais.

Desafios:

- As maiores dificuldades estão em conseguir alojamento, alimentos, materiais de higiene, saúde, educação e trabalho.
- O atendimento aos migrantes que chegam sem documentação.
- A omissão do poder público.
- Falta de política pública em nossa cidade e estado.

Pastoral dos Migrantes

<https://arquidiocesedemanaus.org.br/laicato/pastoral-dos-migrantes/>

Padre Luis Alfonso Espinel, cs

Localidade:

Manaus (AM)

Título:

Creche São Geraldo

A ação foi iniciada há 7 anos. Está bem consolidada.

Objetivos:

Acolher as crianças, filhas de migrantes, favorecendo que seus pais possam entrar no mercado de trabalho.

Sujeitos da ação:

Atualmente a creche acolhe 42 crianças, entre um e os três anos de idade. Os beneficiários são os pais mais vulneráveis diante da sua condição migratória.

Metodologia:

A creche é um espaço de ternura onde são acolhidos os migrantes mais fragilizados pelo contexto, as crianças.

Funciona de segunda a sexta-feira, das 7 às 17 horas, e conta com uma equipe que cuida, acompanha e acolhe amorosamente as crianças de maneira integral, favorecendo seu desenvolvimento humano.

Durante o dia, é desenvolvida uma programação integral, personalizada, tendo presente as idades e as condições de cada criança, em um espaço propício para este desenvolvimento.

Resultados:

Esta boa prática permite que muitos migrantes comecem a trabalhar, tendo presente que, muitas vezes, o maior desafio é justamente saber o que fazer ou onde deixar as crianças durante o dia.

A creche permite desenvolver um trabalho de conscientização diante do fenômeno migratório, sem usar discursos, mas com ações concretas.

É um espaço familiar, de ternura, que, inclusive, se torna propício para o voluntariado.

Desafios:

- O número de crianças e o aumento da demanda que chega à organização.
- Os recursos econômicos para manter a creche.
- A responsabilidade do trabalho com crianças.

Diante das necessidades e o aumento de procura, a instituição tem favorecido os mais vulneráveis. Os recursos financeiros vêm de projetos, doações e algumas campanhas de solidariedade. Para atuar na creche, a instituição prioriza pessoas que tenham uma vocação de serviço para acolher as crianças.

Comentários e observações:

O espaço da creche é construído para ser amoroso e de ternura, no qual as crianças se sintam seguras e felizes.

Pastoral dos Migrantes

<https://arquidiocesedemanaus.org.br/laicato/pastoral-dos-migrantes/>

Ir. Arceolídia Souza, missionária scalabriniana

Localidade:

Manaus (AM)

Título:

Estratégias de apoio do Centro Pastoral dos Migrantes

O Centro Pastoral dos Migrantes é uma iniciativa consolidada há anos em Manaus, com previsão de funcionamento por tempo indeterminado, coordenado pelas Irmãs Scalabrinianas, vinculado à Diocese de Manaus.

Sujeitos da ação:

Migrantes com status de solicitantes de refúgio, refugiados e residentes.

Metodologia:

- Os beneficiados pelo atendimento são originários de diversos países, com maior incidência da Venezuela, Cuba e Colômbia. A mobilidade venezuelana continua crescendo, seja voluntária ou via processo de interiorização.
- Ao chegar a Manaus esta população busca ajuda para diversas situações, o que requer criatividade de quem acolhe, um olhar inovador, para buscar respostas estratégicas para ações humanitárias, tanto relativas a recursos humanos quanto econômicos.
- Igualmente ocorre com a aquisição de alimentação, meios de subsistência e pequenos empreendimentos: kits de manicure e pedicure, garrafas para venda de café, suco, objetos para montar pontos de café da manhã, compra de picolé, fardos de água mineral, material para bolos, tecidos de fralda.

Resultados:

- O centro Pastoral dos Migrantes, anexo à Igreja Nossa Senhora dos Remédios Arquidiocese de Manaus (AM), atendeu mais de 1500 pessoas entre os meses de fevereiro e outubro de 2019.
- A missão das Irmãs Scalabrinianas é atender a todos sem distinção. Entre setembro e outubro de 2019, 119 mulheres com crianças ou grávidas, que se encontravam em situação mais vulnerável no percurso da migração, receberam como apoio um complemento para pequenas iniciativas de empreendimento.
- Grávidas trabalharam na confecção de fraldas a serem doadas às suas colegas.
- Kits bebê: 35 mulheres foram beneficiadas.
- Mulheres com filhos (1 mês a 10 anos): 150 receberam ajuda do conforme as destinações acima.
- Houve alguns casos de pessoas que necessitavam atenção básica, como idosos e crianças, que receberam ajuda com medicamentos.
- No mês de outubro de 2019, foi realizada uma festa para crianças refugiadas e suas mães, num total de 100 convidados, com almoço, distribuição de brinquedos e doces, além de atendimento médico para 200 pessoas.

Desafios:

- A falta de recursos causa fragilidade no atendimento e a instituição se dedica a seguir trabalhando para oferecer esperança, sentido e contribuir no recomeçar de uma nova vida.
- A solidariedade de muitas pessoas contribui para minimizar o sofrimento e a fome dos migrantes. Merecem ser fortalecidos o trabalho em rede e o de sensibilização de pessoas, que contribuem com o retorno e realização das ações.
- Diante da realidade do Brasil, na região de Manaus, e do aumento do fluxo migratório, é importante fomentar as políticas de acessibilidades e incrementar as de seguridade e proteção social para esta população específica.

Comentários e observações:

“Recorda sempre a casa que deixaste para trás, mas que não te esqueças de que outras casas, mesmo se poucas abrem suas portas à solidariedade de quem está a caminho” (Pe. Alfredo J. Gonçalves).

Pastoral dos Migrantes

<https://arquidiocesedemanaus.org.br/laicato/pastoral-dos-migrantes/>

Padre Luis Alfonso Espinel, cs

Localidade:

Manaus (AM)

Título:

Fábrica de picolé: Haiti Delícia

É uma ação que começou há sete anos e continua vigente, sem previsão de encerramento.

Objetivos:

- A fábrica de picolé Haiti Delícia tem como objetivo principal se tornar uma alternativa de trabalho e encontro. A iniciativa era direcionada inicialmente aos haitianos e hoje a qualquer migrante.
- Valorizar o esforço diário dos migrantes que trabalham para alcançar seus objetivos longe de seu país.

Sujeitos da ação:

Atualmente, vendedores e produtores somam mais de 100 famílias beneficiárias.

Metodologia:

- A fábrica de picolé está localizada na paróquia São Geraldo e funciona de segunda-feira a sábado. Tem uma produção diária, conforme a necessidade, de múltiplos sabores.
- Os responsáveis pela fábrica são os padres juntamente com uma equipe que trabalha em comunhão.
- Todos os dias, a partir das 8 horas, os migrantes tomam café da manhã para, em seguida, saírem com o carrinho carregado de picolés para vender o produto pela cidade.

- O picolé é fornecido aos migrantes por um valor simbólico, favorecendo uma margem de lucro que possibilite que mantenham a si e suas famílias. Os picolés também são distribuídos em algumas instituições da cidade como: escolas, pequenos supermercados, eventos etc.

Resultados:

Esta boa prática permite que muitos migrantes comecem a ter uma renda diária diante de um contexto de falta de trabalho formal. Além disso, cria um ambiente familiar para se encontrarem como comunidade migrante longe de suas pátrias.

Desafios:

- A questão do clima: quando chove é impossível vender.
- A questão do preconceito: a fim de trabalhar este ponto, vem sendo realizada uma série de eventos e palestras para conscientizar a população local e fortalecer a fraternidade e união em favor uns dos outros e no apoio recíproco.
- A questão da falta da fluência na língua portuguesa: estão sendo oferecidos aos migrantes cursos tanto de português quanto de empreendedorismo.

Comentários e observações:

A fábrica de picolés é muito mais do que a produção de um produto, é o resultado de ter um olhar misericordioso e bondoso, de formar comunhão, unidade no meio da universalidade, tendo como protagonistas os próprios migrantes.

Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) Associação Antônio Vieira (ASAV)

www.asav.org.br

Carolina Cunha César

Karin Kaid Wapechowski

Localidade:

Porto Alegre (RS)

Título:

Projeto de Reassentamento

O Projeto de Reassentamento tem a duração de 12 meses, sendo o seu início marcado no dia 28 de dezembro de 2018. Termo de Colaboração SICONV 881024/2018 entre Ministério da Justiça e Segurança Pública e Associação Antônio Vieira.

Objetivos:

O reassentamento, no Brasil, de núcleos familiares, o que corresponde a, no máximo, 28 pessoas refugiadas, entre adultos, adolescentes e crianças a partir de 6 anos, a fim de viabilizar sua inserção em serviços e políticas públicas.

Sujeitos da ação:

Os beneficiários são refugiados oriundos do Triângulo Norte da América Central – El Salvador, Guatemala e Honduras (no máximo 28 pessoas).

Metodologia:

- A equipe do programa desenvolveu uma Tecnologia Social que se tornou referência para a construção de políticas públicas em nível nacional, pois se utiliza da fusão entre a proteção internacional a refugiados e as políticas públicas de assistência social por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).
- Além disso, utiliza-se a estratégia de dispersão territorial, em que um pequeno grupo de refugiados acolhido em cidades diferentes possui

melhores resultados para inserção social. As cidades escolhidas (Porto Alegre, Esteio e Venâncio Aires) já foram identificadas como cidades solidárias e sensíveis à causa da migração e refúgio. Paralelo a isso, as mesmas possuem boa implementação dos serviços de saúde, educação e assistência social dos quais os beneficiários poderão fazer uso conforme suas demandas.

- Também, cada núcleo familiar é composto por no mínimo dois adultos com condições de se inserirem no mercado de trabalho. Nesse sentido, a ASAV responsabiliza-se por aumentar a participação dos governos federal, estadual e municipal, da sociedade civil e do setor privado, a fim de se promover a inclusão de refugiados reassentados.
- Para auxiliar nesta tarefa, os refugiados contam com assessoria psicológica e jurídica por meio de visitas domiciliares, com intervalo mínimo de 15 dias, bem como com o oferecimento de cursos de capacitação laboral e aulas de português.
- Por fim, a partir de Diálogos de Formação, estão sendo empreendidos esforços junto às Prefeituras para desmistificar o tema da migração e refúgio, como também para proporcionar o acolhimento adequado aos beneficiários do Projeto de Reassentamento que buscam por oportunidades de reconstrução de suas vidas.

Resultados:

- O reassentamento de refugiados é um tema central para a instituição. Dessa maneira, desde 2003, estabeleceu-se por meio de um acordo com a ACNUR – Agência da ONU para Refugiados o Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário de Refugiados. Estima-se que este programa já reassentou cerca de 400 refugiados.
- Para isso, destacam-se três atores no processo: 1) Estado brasileiro; 2) ACNUR; e 3) ASAV, organização jesuíta que representa a sociedade civil como parceiro implementador do Programa de Reassentamento. A experiência de 16 anos de trabalho com refugiados reassentados permite à Associação colaborar com

os Comitês Estadual e Municipal para Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico Humano (COMIRAT) na construção de políticas públicas específicas de integração local, além de facilitar a orientação dos demais atores da sociedade civil e academia (particularmente Universidades onde há a Cátedra Sérgio Vieira de Mello do ACNUR).

- Até o momento, 24 pessoas foram reassentadas no Brasil com recursos próprios do Estado brasileiro, oriundos do Orçamento Geral da União (OGU).

Desafios:

- Os desafios estão relacionados à adaptação dos refugiados reassentados com o clima do Rio Grande do Sul. O frio intenso dos meses de junho e julho, com temperaturas abaixo de 5° C, fizeram com que a equipe estivesse mais presente nas cidades de acolhida, com aproximadamente 100 visitas em três meses e acompanhamento dos beneficiários do Projeto no que tange ao acesso aos serviços públicos de saúde e de assistência social.
- Também, o auxílio subsistência oferecido pelo programa é de R\$ 178,00 por pessoa ao longo do mês, segundo critério objetivo do Edital SNJ 02/2018 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, assim faz-se necessária a compreensão por parte dos beneficiários de que o valor repassado apenas permite acesso aos mínimos sociais. Portanto, precisamos trabalhar fortemente o parâmetro da moeda (Real) por eles associada ao Dólar.
- Para a compreensão dos valores financeiros praticados no mercado, a equipe de assistência social participa ativamente na primeira compra de mantimentos, guiando-os nos usos e costumes gaúchos, bem como nos alimentos típicos da região.
- Acredita-se que este momento é essencial para o reconhecimento da nova realidade local e possibilita que o reassentado possa sentir-se seguro para questionar e procurar por opções para complementar suas rotinas alimentares.

Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR)

<https://sjmrbrasil.org/escritorio-belo-horizonte/>

Nathália Aparecida Soares de Oliveira

Localidade:

Belo Horizonte (MG)

Título:

Inserção Laboral – Acolhe Brasil/Acolhe Minas

É um projeto continuado e que, atualmente, está em sua terceira edição.

Objetivos:

- Capacitar e orientar migrantes venezuelanos interiorizados, facilitando sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.
- Mediação com empresas para a contratação desses migrantes.

Sujeitos da ação:

Até o momento, já foram beneficiados diretamente 62 migrantes venezuelanos em idade laboral, interiorizados para o estado de Minas Gerais no programa Acolhe Brasil/Acolhe Minas.

Metodologia:

- Desde fevereiro de 2019, o SJMR Belo Horizonte já recebeu mais de 100 migrantes venezuelanos interiorizados. Quando chegam, recebem capacitação de competências básicas para o trabalho, oferecida pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE); oficina de incentivo ao empreendedorismo, oferecida pela consultora de negócios Silmara Ribeiro; noções básicas de Direito, oferecidas por alunos e professores da Universidade Dom Helder Câmara; além de receberem informações sobre o mercado de trabalho mineiro e leis trabalhistas pela equipe do SJMR-BH.

- Uma vez elaborados os currículos, o projeto inicia a busca por oportunidades de trabalho e também oferece orientação sobre em quais lugares buscarem por conta própria.

Resultados:

- Graças à rápida inserção dos migrantes no mercado de trabalho, a maior parte conquistou sua autonomia e deixaram as casas de passagem em um período inferior aos três meses previstos pelo programa Acolhe Brasil/Acolhe Minas.
- Dos 62 migrantes em idade laboral, foi necessário ampliar o prazo de estadia nas casas para apenas dois deles.
- Os números de inserção no mercado são:

Grupo 1: 22 migrantes em idade laboral – 20 empregados (2 não trabalham por motivos de saúde).

Grupo 2: 34 migrantes em idade laboral – os 34 conseguiram oportunidades de trabalho, seja por intermediação do SJMR, seja por conta própria.

Grupo 3: 6 migrantes em idade laboral – todos os 6 trabalhando.

Desafios:

- São inúmeros os desafios, a começar pelo atual cenário econômico brasileiro com mais de 12 milhões de pessoas se encontram desempregadas. Além disso, o idioma pode ser uma dificuldade a mais, já que algumas funções exigem Português fluente e nem todos os migrantes possuem.
- As diferenças culturais e trabalhistas também precisam ser minimizadas a fim de evitar mal-entendidos.
- Por fim, infelizmente, nem todas as empresas estão preparadas para contratar migrantes. Muitas ainda temem esse tipo de contratação por desconhecerem os documentos necessários.

Comentários e observações:

O trabalho é fundamental para a autonomia dos migrantes e sua integração de forma digna à sociedade brasileira. Quanto mais ágil for a inserção laboral, menores serão os impactos da migração, tanto para quem migra, quanto para quem recebe.

Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR)

<https://sjmrbrasil.org/escritorio-boa-vista/>

Luis Gabriel Zamora

Terida Guanipa Munoz

Localidade:

Boa Vista (RR)

Título:

Acompanhamento dos migrantes no processo de interiorização

É um projeto continuado, com vigência indeterminada.

Objetivos:

- Facilitar a inserção no campo de trabalho.
- Facilitar a integração na sociedade brasileira.

Sujeitos da ação:

- 1000 pessoas, especialmente venezuelanos.

Metodologia:

- O processo de atendimento do dia a dia consiste em:
- Entrevista com os beneficiários para identificar as necessidades não cobertas pelo processo.
- Revisão e atualização de documentos.
- Elaboração de currículo.
- Identificação do modo de interiorização: Via trabalho, Reunião familiar e Casa de Acolhida.
- Oficinas de capacitação laboral e cursos profissionalizantes.
- Busca por vaga de trabalho de acordo com o perfil profissional do beneficiário.
- Esforços podem ser feitos para comprar passagens aéreas.

- O beneficiário é conduzido ao transporte que o transfere para o seu destino e é acompanhado no local de chegada.

Resultados:

- Em 2019, foram interiorizadas 890 pessoas nas diferentes modalidades.
- Houve o aprendizado de se ouvir as necessidades dos migrantes e trabalho em coordenação com organizações internacionais na busca de objetivos comuns.

Desafios:

- A demanda de emprego é maior que a oferta disponível no mercado de trabalho: a organização está visitando diferentes empresas do interior do País para aumentar a conscientização e obter ofertas de emprego.
- Não há casas de acolhida suficientes para os migrantes: estão sendo realizadas ligações ecumênicas com diferentes igrejas no País que se ofereceram para receber migrantes em casas de passagem.
- Outra situação desafiadora tem sido a burocracia dos processos governamentais: está sendo superada através do diálogo, reuniões, acordos e parcerias entre instituições que trabalham com migração.

Visão Mundial

<https://visaomundial.org/>

Luis Corzo

Valeria Blos

Cattleya Lopes

Localidade:

Boa Vista (RR)

Título:

A implementação de Espaços Amigos da Criança (EACs)

A Visão Mundial Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estão implementando e monitorando as atividades de 18 Espaços Amigos da Criança (EACs), metodologia UNICEF com adaptação à Visão Mundial, em locais estratégicos do estado de Roraima (Boa Vista e Pacaraima) e Amazonas (Manaus). O projeto tem como objetivo proteger crianças e adolescentes que vivem na região, devido à grave crise econômica, política e social na Venezuela.

As atividades incluem tópicos não formais do sistema educacional brasileiro e prevenção de orientações sobre violência para crianças e adultos. Além disso, essa intervenção inclui atendimento psicossocial para ajudar na detecção de crianças em risco e ajuda psicológica para ajudar as crianças afetadas a superar os efeitos da violência. A proteção infantil inclui a detecção e derivação de casos ao sistema formal de proteção infantil, a fim de manter a dignidade e o bem-estar de todas as crianças em situação de violência e sem proteção.

Esta ação vai ser realizada até 31 de dezembro de 2019 e uma nova fase do projeto está sendo planejada para iniciar em janeiro de 2020.

A Visão Mundial e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) implementaram um projeto que visa aumentar a resiliência econômica de migrantes venezuelanos vulneráveis em Boa Vista. Através de treinamento em empreendedorismo, assistência técnica e investimento.

A criação e o desenvolvimento de pequenas empresas serão estimulados a promover oportunidades de geração de renda que permitam aos migrantes lidar com emergências domésticas, desenvolver seus meios de subsistência e investir na saúde e na educação de seus filhos.

O benefício para as famílias foi de uma média de US\$ 300, que ajudou a iniciar o empreendedorismo local.

Objetivos:

- Fazer uma resposta adequada para as necessidades das populações de maior vulnerabilidade.
- Garantir e apoiar a proteção das crianças e de seus cuidadores.

Sujeitos da ação

- Beneficiários diretos: 9965 crianças e adolescentes (3 a 17 anos) atendidos e que participarão das atividades recreativas dos EACs nos abrigos públicos de Roraima e Amazonas.
- Até o presente momento, 1173 adultos receberam informações básicas para acessar diferentes tipos de serviços na cidade, como educação, saúde ou permissão de trabalho.
- 189 migrantes venezuelanos (homens e mulheres) participaram de quatro sessões de treinamento de 20 horas cada, com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre empreendedorismo e educação financeira.
- O projeto está sendo concluído em meados de 2019, no entanto, um novo ciclo começou em novembro deste ano e tem término previsto para janeiro de 2020.

Metodologia:

- O processo de seleção dos beneficiários é realizado em conjunto com os parceiros, com base nos seguintes critérios:
- Famílias com crianças, vivendo nos abrigos mais vulneráveis.
- Famílias vulneráveis com crianças de 3 a 17 anos e/ou crianças sem acesso à educação.

- Famílias cujos membros são: mulheres grávidas e lactantes, famílias chefiadas por mulheres, idosos, pessoas com deficiência e indígenas.
- Imigrantes sem registro ou documentos de residência permanente, especialmente famílias com crianças e adolescentes.
- Nos espaços da infância, trabalha-se a metodologia de espaços amigáveis da infância e adolescência, onde elementos da educação não formal se misturam com componentes de proteção com o objetivo de auxiliar as crianças na inserção escolar, buscando a prevenção da violência e a detecção de casos que precisam ser atendidos pelas diferentes redes de proteção locais. É importante mencionar que todas as ações da Visão Mundial estão focadas na proteção das crianças.
- Também houve atividades com a inclusão de crianças e adultos brasileiros, como torneios de futebol e outras atividades esportivas.
- Os beneficiários das atividades de empreendedorismo e treinamento econômico são selecionados com base na vulnerabilidade econômica e nos desejos comprovados dos participantes em realizar melhorias na área de trabalho. A maioria das pessoas que entram nesse projeto é formada por venezuelanos que estão dentro dos abrigos e em uma pequena porção brasileiros, de acordo com o interesse de participação, para garantir a integração local.

Resultados:

- Aproximadamente 9965 crianças e adolescentes se beneficiaram de atividades psicossociais. A incorporação de educadores sociais combinados com psicólogos e assistentes sociais permitiu que as crianças superassem situações traumáticas devido à migração forçada, ao mesmo tempo em que nivelavam suas capacidades com o objetivo de acessar o sistema educacional do País. Além disso, foi garantido um espaço e equipamento para que as crianças e os pais se sintam seguros.

- A Visão Mundial, a fim de aumentar a capacidade e a resiliência dos venezuelanos por meio de meios de subsistência, iniciou uma série de projetos em parceria com a OIM sobre o grupo de poupanças e empreendimento. Este tipo de projeto visa aumentar a resiliência econômica local e a integração com a comunidade anfitriã utilizando a metodologia Gold própria da Visão Mundial Brasil.
- Uma média de US\$ 300 foi dada às famílias com melhores ideias em empreendedorismo, a fim de apoiar as famílias e proporcionar desenvolvimento à sociedade local.

Desafios:

- Os maiores desafios surgiram devido à xenofobia. Em Boa Vista, a maioria das pessoas locais pensa que a migração trouxe infortúnios e dificuldades para uma cidade que tinha a imagem de tranquila.
- Dentro dos projetos, mais de 75% dos participantes são de nacionalidade venezuelana, com alto nível profissional.



**XV Encontro Nacional
da Rede Solidária para
Migrantes e Refugiados
- RedeMiR
(30/set a 2/out/2019)**



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS



©Acervo FICAS

Expediente

Migração & Refúgio – Ação em rede e práticas acolhedoras no Brasil – 2ª edição (2020)

Colaboradores: Rosita Milesi e Paula Coury Andrade (IMDH), Andreia Saul e Paula Rodrigues (FICAS) e Rogenir Costa (Fundação Avina)

Edição: Paula Rodrigues (FICAS), Ir. Rosita Milesi e Paula Coury (IMDH)

Projeto gráfico: Cristina Guimarães (Supernova Design)

Arte da capa: Ribamar Fonseca

Foto da capa: Designed by Freepik (www.freepik.com)

Ilustração: Designed by Freepik

Fotos: acervo FICAS

Organizadores

FICAS

Rua Dr. Lopes de Almeida, 180, Vila Mariana

04120-070 – São Paulo (SP)

Tel.: (11) 3045-4313 | 3849-0715 | E-mail: comunicacao@ficas.org.br

Site: www.ficas.org.br | Facebook: @ficas.sp | Instagram: @insta_ficas

LinkedIn: @FICAS | Twitter: @ficas_sp

Fundación Avina

Sede Regional: Calle Evelio Lara, Casa N°131-B,

Ciudad del Saber, Clayton, Ciudad de Panamá, República de Panamá

Tel.: +507 317-1121 | E-mail: info.web@avina.net

Site: www.avina.net | Facebook: @avina.net | Instagram: @fundacionavina

Twitter: @fundacionAvina | YouTube: @fundacionavina

Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH

Sede: Quadra 7 – Conjunto C – Lote 01, Vila Varjão/Lago Norte CEP 71555-239 - Brasília (DF)

Tels.: (61) 3340-2689 | 34478043 | Celular: (61) 98173-7688

E-mail: imdh@migrante.org.br | imdh.diretoria@migrante.org.br

IMDH Solidário:

Rua Uraricoera, 671 – Bairro São Vicente CEP 69303-453 – Boa Vista (RR)

Tel.: (95) 3224-2842 | E-mail: imdh.roraima@gmail.com | imdh.diretoria@migrante.org.br

Site: www.migrante.org.br Facebook: @institutomigracoes

Instagram: @imdh.migracoes YouTube: goo.gl/RmbbDT

Apoio

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

Sites: www.acnur.org.br | www.acnur.org | www.unhcr.org

Tel.: (61) 3044-5744 | E-mail: brabr@unhcr.org.br



**Instituto Migrações
e Direitos Humanos**



Realização:

Apoio:



O conteúdo da publicação Migração & Refúgio – Ação em rede e práticas acolhedoras no Brasil pode ser reproduzido livremente, desde que citada a fonte. Uma versão digital também será disponibilizada nos canais das instituições organizadoras.



**Instituto Migrações
e Direitos Humanos**

Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH

Website: www.migrante.org.br

Facebook: [institutomigracoes](https://www.facebook.com/institutomigracoes)

Instagram: @IMDH

e-mail: imdh@migrante.org.br

imdh.diretoria@migrante.org.br

Telefone: (61) 3340-2689 – (61) 3447-8043